

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	16
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	35
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	86

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	88
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.364.783.800
Preferenciais	0
Total	1.364.783.800
Em Tesouraria	
Ordinárias	4.483.566
Preferenciais	0
Total	4.483.566

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	09/02/2011	Juros sobre Capital Próprio	31/03/2011	Ordinária		0,00530
Reunião do Conselho de Administração	09/02/2011	Dividendo	31/03/2011	Ordinária		0,61090

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	3.739.745	3.666.710
1.01	Ativo Circulante	2.459.604	2.480.267
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	211.887	221.542
1.01.03	Contas a Receber	2.247.717	2.258.725
1.01.03.01	Clientes	2.247.717	2.258.725
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacional	2.226.507	2.192.915
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Controlada	169	165
1.01.03.01.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	158	441
1.01.03.01.04	Outros Valores a Receber	12.272	17.440
1.01.03.01.05	Direitos a receber - Securitização no Exterior	1.409	42.027
1.01.03.01.06	Juros pagos antecipadamente - securitização no exterior	471	956
1.01.03.01.07	Despesas pagas Antecipadamente	6.731	4.781
1.02	Ativo Não Circulante	1.280.141	1.186.443
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	761.013	713.647
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	498.054	468.323
1.02.01.01.04	Depósitos Judiciais	496.983	467.245
1.02.01.01.05	Outros Valores a Receber	1.071	1.078
1.02.01.06	Tributos Diferidos	262.959	245.324
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	262.959	245.324
1.02.02	Investimentos	125.157	76.088
1.02.02.01	Participações Societárias	125.157	76.088
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	43.842	44.253
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	81.315	31.835
1.02.03	Imobilizado	347.014	346.498
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	347.014	346.498
1.02.03.01.01	Imobilizado	347.014	346.498
1.02.04	Intangível	46.957	50.210
1.02.04.01	Intangíveis	46.957	50.210
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	10.143	10.143
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	36.814	40.067

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	3.739.745	3.666.710
2.01	Passivo Circulante	2.319.736	1.986.377
2.01.02	Fornecedores	159.525	145.875
2.01.03	Obrigações Fiscais	142.800	405.351
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	142.800	405.351
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a recolher	142.800	405.351
2.01.05	Outras Obrigações	2.017.411	1.435.151
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.304	25.946
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	10.304	25.946
2.01.05.02	Outros	2.007.107	1.409.205
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	117.958
2.01.05.02.04	Contas a Pagar a estabelecimentos	1.925.023	1.168.440
2.01.05.02.05	Obrigações a Pagar - Securitização no exterior	1.385	42.003
2.01.05.02.06	Juros a pagar - Securitização no exterior	471	956
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	80.228	79.848
2.02	Passivo Não Circulante	532.408	500.552
2.02.02	Outras Obrigações	8.046	5.452
2.02.02.02	Outros	8.046	5.452
2.02.04	Provisões	524.362	495.100
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	524.362	495.100
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos	524.362	495.100
2.03	Patrimônio Líquido	887.601	1.179.781
2.03.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000
2.03.02	Reservas de Capital	18.178	14.709
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-68.667	-68.823
2.03.02.07	Reserva de Capital	86.845	83.532
2.03.04	Reservas de Lucros	769.423	1.065.072

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	929.689	946.757
3.01.01	Receita de Comissões	736.499	733.359
3.01.02	Receita de Aluguel	268.168	294.195
3.01.03	Outras Receitas	28.656	24.249
3.01.04	Deduções da Receita Bruta	-103.634	-105.046
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-276.008	-242.650
3.03	Resultado Bruto	653.681	704.107
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-142.698	-111.321
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-142.698	-111.321
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-68.980	-51.762
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-29.677	-27.090
3.04.02.04	Marketing	-35.962	-21.468
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-8.147	-2.425
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	68	-8.576
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	510.983	592.786
3.06	Resultado Financeiro	118.728	85.646
3.06.01	Receitas Financeiras	126.632	90.943
3.06.01.01	Receitas Financeiras	9.520	23.912
3.06.01.02	Antecipação de recebíveis	120.828	73.254
3.06.01.03	Ajuste a valor presente - antecipação de recebíveis	-3.716	-6.223
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.904	-5.297
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-8.851	-5.856
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	947	559
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	629.711	678.432
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-205.056	-238.219
3.08.01	Corrente	-222.691	-239.256
3.08.02	Diferido	17.635	1.037
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	424.655	440.213
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	424.655	440.213
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,26000	0,26980
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,25990	0,26970

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	424.655	440.213
4.03	Resultado Abrangente do Período	424.655	440.213

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	929.309	442.575
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	727.546	763.119
6.01.01.01	Lucro antes do IR e da CS	629.711	678.432
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	51.528	43.823
6.01.01.03	Custo resid. Imob. intang. baix/alienado	3.067	793
6.01.01.07	Opções de ações outorgadas	3.313	2.615
6.01.01.10	Perdas com aluguel	7.018	3.986
6.01.01.11	Provisão para riscos	29.262	14.981
6.01.01.12	Ajuste a valor presente contas a receber	3.716	6.223
6.01.01.13	Equivalência patrimonial	-68	8.576
6.01.01.14	Provisão perda c/ imob. e intang. liq	-1	3.690
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	676.716	160.484
6.01.02.01	Contas a receber operacional	-37.308	-184.733
6.01.02.02	Contas a receber controlada	-4	2.237
6.01.02.03	Impostos antecipados e a recuperar	283	294
6.01.02.04	Outros valores a receber (circ/não circ)	46.278	39.392
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-29.738	-34.511
6.01.02.06	Despesas Pagas antecipadamente	-1.950	-7.603
6.01.02.07	Contas a pagar estabelecimentos	749.565	364.743
6.01.02.08	Fornecedores	13.650	42.560
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-10.289	-2.347
6.01.02.10	Contas a pagar controlada	-15.642	461
6.01.02.11	Outras obrigações (circ./não circ.)	-38.129	-59.926
6.01.02.12	Provisão para riscos	0	-83
6.01.03	Outros	-474.953	-481.028
6.01.03.01	Juros recebidos	1.049	3.566
6.01.03.02	Juros pagos	-1.049	-3.566
6.01.03.03	IR e CS pagos	-474.953	-481.028
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-100.858	-78.725
6.02.01	Aumento de capital em controladas	-49.001	-16.014
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-51.857	-62.711
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-838.106	-718.881
6.03.05	Dividendos e juros s/ capital prop. pagos	-838.262	-718.881
6.03.07	Opções de Ações Exercidas	156	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-9.655	-355.031
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	221.542	510.242
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	211.887	155.211

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.469	-720.304	0	0	-716.835
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.313	0	0	0	3.313
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	156	0	0	0	156
5.04.06	Dividendos	0	0	-720.304	0	0	-720.304
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	424.655	0	424.655
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	424.655	0	424.655
5.07	Saldos Finais	100.000	18.178	344.768	424.655	0	887.601

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	75.379	3.077	781.973	0	0	860.429
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	75.379	3.077	781.973	0	0	860.429
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.615	-613.516	0	0	-610.901
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.615	0	0	0	2.615
5.04.06	Dividendos	0	0	-603.775	0	0	-603.775
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-9.741	0	0	-9.741
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	440.213	0	440.213
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	440.213	0	440.213
5.07	Saldos Finais	75.379	5.692	168.457	440.213	0	689.741

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	1.026.305	1.047.817
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.033.323	1.051.803
7.01.02	Outras Receitas	-7.018	-3.986
7.01.02.01	Perdas com aluguel de equipamentos	-7.018	-3.986
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-308.454	-247.773
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-204.192	-177.803
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-103.132	-64.178
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-876	-773
7.02.04	Outros	-254	-5.019
7.03	Valor Adicionado Bruto	717.851	800.044
7.04	Retenções	-51.528	-43.823
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-51.528	-43.823
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	666.323	756.221
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	127.647	82.926
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	68	-8.576
7.06.02	Receitas Financeiras	127.579	91.502
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	793.970	839.147
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	793.970	839.147
7.08.01	Pessoal	44.395	42.557
7.08.01.01	Remuneração Direta	28.038	26.449
7.08.01.02	Benefícios	13.869	13.978
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.488	2.130
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	314.761	349.270
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.159	7.107
7.08.03.01	Juros	8.851	5.857
7.08.03.02	Aluguéis	1.308	1.250
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	424.655	440.213

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	3.867.519	3.771.406
1.01	Ativo Circulante	2.542.120	2.536.321
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	237.837	250.603
1.01.03	Contas a Receber	2.304.283	2.285.718
1.01.03.01	Clientes	2.304.283	2.285.718
1.01.03.01.01	Contas a receber operacional	2.269.889	2.210.282
1.01.03.01.03	Impostos Antecipados e a recuperar	2.472	2.710
1.01.03.01.04	Outros valores a Receber	23.210	24.892
1.01.03.01.05	Direitos a receber - securitização no exterior	1.409	42.027
1.01.03.01.06	Juros pagos antecipadamente - securitização no exterior	471	956
1.01.03.01.07	Despesas pagas Antecipadamente	6.832	4.851
1.02	Ativo Não Circulante	1.325.399	1.235.085
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	792.374	745.510
1.02.01.03	Contas a Receber	1.171	1.090
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.171	1.090
1.02.01.06	Tributos Diferidos	272.198	255.216
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	272.198	255.216
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	519.005	489.204
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	519.005	489.204
1.02.03	Imobilizado	360.415	360.290
1.02.04	Intangível	172.610	129.285
1.02.04.01	Intangíveis	172.610	129.285
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de Investimentos	49.555	53.779
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	123.055	75.506

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	3.867.519	3.771.406
2.01	Passivo Circulante	2.371.507	2.016.357
2.01.02	Fornecedores	204.036	180.761
2.01.03	Obrigações Fiscais	146.175	409.042
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	146.175	409.042
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a recolher	146.175	409.042
2.01.05	Outras Obrigações	2.021.296	1.426.554
2.01.05.02	Outros	2.021.296	1.426.554
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.497	117.958
2.01.05.02.04	Contas a Pagar Estabelecimentos	1.925.023	1.168.440
2.01.05.02.06	Obrigações a Pagar - securitização no Exterior	1.385	42.003
2.01.05.02.07	Juros Rec Antecipadamente - securitização no Exterior	471	956
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	92.920	97.197
2.02	Passivo Não Circulante	594.422	560.798
2.02.02	Outras Obrigações	33.725	31.586
2.02.02.02	Outros	33.725	31.586
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	33.725	31.586
2.02.03	Tributos Diferidos	5.786	5.579
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.786	5.579
2.02.04	Provisões	554.911	523.633
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	554.911	523.633
2.02.04.01.05	Provisão para Riscos	554.911	523.633
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	901.590	1.194.251
2.03.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000
2.03.02	Reservas de Capital	18.178	14.709
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-68.667	-68.823
2.03.02.07	Reservas de Capital	86.845	83.532
2.03.04	Reservas de Lucros	769.423	1.065.072
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	13.989	14.470

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	965.005	953.109
3.01.01	Receita de Comissões	735.055	733.359
3.01.02	Receita de Aluguel	268.391	294.521
3.01.03	Outras Receitas	72.380	33.655
3.01.04	Deduções da Receita Bruta	-110.821	-108.426
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-311.493	-251.658
3.03	Resultado Bruto	653.512	701.451
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-139.918	-99.246
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-139.918	-99.246
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-49.450	-38.965
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-44.391	-36.671
3.04.02.04	Marketing	-36.019	-21.504
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-10.058	-2.106
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	513.594	602.205
3.06	Resultado Financeiro	118.976	79.697
3.06.01	Receitas Financeiras	127.256	91.372
3.06.01.01	Receitas Financeiras	10.144	24.341
3.06.01.02	Antecipação de recebíveis	120.828	73.254
3.06.01.03	Ajuste a valor presente - antecipação de recebíveis	-3.716	-6.223
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.280	-11.675
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-9.227	-12.234
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	947	559
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	632.570	681.902
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-207.299	-241.689
3.08.01	Corrente	-223.954	-239.200
3.08.02	Diferido	16.655	-2.489
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	425.271	440.213
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	425.271	440.213
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	424.655	440.213
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	616	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,26000	0,26980
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,25990	0,26970

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	425.271	440.213
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	425.271	440.213
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	424.655	440.213
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	616	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	926.556	439.880
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	734.943	764.499
6.01.01.01	Lucro antes do IR e da CS	632.570	681.902
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	53.602	44.383
6.01.01.03	Custo resid. imob. intang. baix/alienado	3.144	879
6.01.01.07	Opções de ações outorgadas	3.313	2.615
6.01.01.10	Perda com aluguel	7.018	3.986
6.01.01.11	Provisão para riscos	31.581	20.821
6.01.01.12	Ajuste a valor presente contas a receber	3.716	6.223
6.01.01.14	Provisão perda c/ imob. e intang. liq.	-1	3.690
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	668.805	155.036
6.01.02.01	Contas a receber operacional	-59.009	-183.464
6.01.02.03	Impostos antecipados e a recuperar	238	-1.432
6.01.02.04	Outros valores a receber (circ/não circ)	44.345	44.961
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-30.104	-34.448
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-1.978	-7.632
6.01.02.07	Contas a pagar estabelecimentos	749.565	364.743
6.01.02.08	Fornecedores	18.339	43.278
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-9.647	-2.040
6.01.02.11	Outras obrigações (circ./não circ.)	-44.441	-68.847
6.01.02.12	Provisão para riscos	0	-83
6.01.02.13	Dividendos a pagar	1.497	0
6.01.03	Outros	-477.192	-479.655
6.01.03.01	Juros recebidos	1.049	3.566
6.01.03.02	Juros pagos	-1.049	-3.566
6.01.03.03	IR e CS pagos	-477.192	-479.655
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-101.216	-63.823
6.02.01	Aumento de capital em controladas	-2.000	0
6.02.02	Aquisição participação em "Joint Venture"	-47.000	0
6.02.03	Adições ao imobilizado e intangível	-52.216	-63.823
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-838.106	-718.881
6.03.05	Dividendos e juros s/ capital prop. pagos	-838.262	-718.881
6.03.07	Opções de Ações Exercidas	156	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-12.766	-342.824
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	250.603	514.280
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	237.837	171.456

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781	14.470	1.194.251
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	14.709	1.065.072	0	0	1.179.781	14.470	1.194.251
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.469	-720.304	0	0	-716.835	-1.097	-717.932
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.313	0	0	0	3.313	0	3.313
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	156	0	0	0	156	0	156
5.04.06	Dividendos	0	0	-720.304	0	0	-720.304	0	-720.304
5.04.08	Efeito dos acionistas não controladores sobre entidades consolidadas	0	0	0	0	0	0	-1.097	-1.097
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	424.655	0	424.655	616	425.271
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	424.655	0	424.655	616	425.271
5.07	Saldos Finais	100.000	18.178	344.768	424.655	0	887.601	13.989	901.590

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	75.379	3.077	781.973	0	0	860.429	0	860.429
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	75.379	3.077	781.973	0	0	860.429	0	860.429
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.615	-613.516	0	0	-610.901	0	-610.901
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.615	0	0	0	2.615	0	2.615
5.04.06	Dividendos	0	0	-603.775	0	0	-603.775	0	-603.775
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-9.741	0	0	-9.741	0	-9.741
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	440.213	0	440.213	0	440.213
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	440.213	0	440.213	0	440.213
5.07	Saldos Finais	75.379	5.692	168.457	440.213	0	689.741	0	689.741

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	1.068.807	1.057.548
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.075.825	1.061.534
7.01.02	Outras Receitas	-7.018	-3.986
7.01.02.01	Perdas com aluguel de equipamentos	-7.018	-3.986
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-315.820	-239.402
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-230.153	-183.037
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-82.667	-50.603
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.746	-5.019
7.02.04	Outros	-254	-743
7.03	Valor Adicionado Bruto	752.987	818.146
7.04	Retenções	-53.602	-44.383
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-53.602	-44.383
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	699.385	773.763
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	127.587	91.931
7.06.02	Receitas Financeiras	128.203	91.931
7.06.03	Outros	-616	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	826.972	865.694
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	826.972	865.694
7.08.01	Pessoal	62.548	52.495
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.988	32.637
7.08.01.02	Benefícios	17.887	16.614
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.673	3.244
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	327.448	358.068
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.321	14.918
7.08.03.01	Juros	8.917	12.091
7.08.03.02	Aluguéis	3.404	2.827
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	424.655	440.213

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas:

Apresentamos o comentário de desempenho e as informações trimestrais da Cielo S.A. relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2011, acompanhados do relatório de revisão especial dos Auditores Independentes.

DESTAQUES 1T11

- **Volume financeiro de transações** totalizou **R\$ 70,2 bilhões**, aumento de **19,5%** em relação ao 1T10 e redução de **5,2%** em comparação ao 4T10;
- **Receita operacional + antecipação de recebíveis líquida** totalizou **R\$ 1,082 bilhão**, aumento de **6,1%** em relação ao 1T10 e redução de **5,7%** em relação ao 4T10;
- **EBITDA ajustado** de **R\$ 684,3 milhões**, redução de **4,1%** em relação ao 1T10 e de **4,4%** em relação ao 4T10;
- **Margem EBITDA ajustada** de **63,2%**, redução de 6,8 pontos percentuais em comparação ao 1T10 e aumento de 0,8 ponto percentual em relação ao 4T10;
- **Lucro líquido** totalizou **R\$ 424,7 milhões**, redução de **3,5%** em relação ao 1T10 e de **4,2%** em relação ao 4T10;
- **Margem de lucro líquido** de **39,2%**, redução de 4,0 pontos percentuais em relação ao 1T10 e crescimento de 0,6 ponto percentual em comparação ao 4T10;
- Parceira para capturar as bandeiras **Mais!, Bônus CBA, Cabal Vale, Verocheque, Banescard, Sodexo e Sapore**; início da captura e processamento da bandeira **Elo**, em abril;
- Aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária no dia 29/04/2011 a proposta de **aumento de capital social** via **bonificação em ações** de 20% e posterior **grupamento** na proporção de 3 ações para 1.

Destques Operacionais e Financeiros	1T11	1T10	4T10	1T11 X 1T10	1T11 X 4T10
Cartões de Crédito e Débito					
Volume Financeiro de transações (R\$ milhões)	70.203,7	58.771,1	74.079,9	19,5%	-5,2%
Quantidade de transações (milhões)	1.058,7	927,6	1.108,3	14,1%	-4,5%
Taxa Líquida de desconto (bps)	105	125	110	(20)	(5)
Cartões de Crédito					
Volume financeiro de transações (R\$ milhões)	44.318,3	37.558,3	44.917,1	18,0%	-1,3%
Quantidade de transações (milhões)	611,3	540,1	621,1	13,2%	-1,6%
Taxa Líquida de Desconto (bps)	122	148	132	(26)	(10)
Cartões de Débito					
Volume financeiro de transações (R\$ milhões)	25.885,4	21.212,8	29.162,7	22,0%	-11,2%
Quantidade de transações (milhões)	447,4	387,5	487,2	15,5%	-8,2%
Taxa Líquida de Desconto (bps)	76	84	77	(8)	(1)
Receita Operacional Líquida Ajustada (R\$ milhões)	1.082,1	1.020,1	1.147,9	6,1%	-5,7%
Lucro Líquido	424,7	440,2	443,3	-3,5%	-4,2%
% Margem Lucro Líquido	39,2%	43,2%	38,6%	(4,0) p.p	0,6 p.p.
EBITDA Ajustado	684,3	713,6	715,9	-4,1%	-4,4%
% Margem EBITDA Ajustada	63,2%	70,0%	62,4%	(6,8) p.p.	0,8 p.p.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CENÁRIO MACROECONÔMICO

Com o objetivo de conter a pressão inflacionária, o Ministério da Fazenda anunciou, em 7/4, outra medida: um aumento no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre as operações de empréstimos e financiamentos para a pessoa física de 1,5% para 3,0%. Além disso, o Ministério sugeriu que outras medidas podem ser tomadas no curto prazo para limitar o aumento nos preços. Em dezembro, o governo anunciou o aumento do compulsório e uma restrição a empréstimos de longo prazo para o consumo.

Até o momento, observamos um impacto limitado destas medidas no negócio de aquisição.

Em março, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,79%, praticamente mantendo o ritmo do mês anterior, quando a inflação teve alta de 0,8%. No primeiro trimestre, o IPCA subiu 2,44%, a maior alta para este período desde 2003, quando o índice registrou avanço de 5,13%. No acumulado de 12 meses até março, o IPCA registrou alta de 6,3%, patamar próximo ao teto da meta de inflação, atualmente em 6,5%. O mercado já projeta o IPCA em 6,37% no final do ano, segundo o Relatório Focus de 29/4. A economia cresceu 7,5% no quarto trimestre de 2010, o período mais recente disponível. Para 2011, tanto o mercado, segundo o Relatório Focus, quanto o Banco Central, segundo o Relatório de Inflação, projetam expansão de 4%, abaixo da previsão do Ministério da Fazenda para o PIB, de 5%.

Mais um indicador que evidencia o dinamismo da demanda doméstica, o desempenho no varejo continua forte. A variação acumulada em 12 meses do volume de vendas foi de 10,4% em fevereiro, apenas levemente abaixo dos 10,7% em janeiro e 10,9% em dezembro. Em relação a fevereiro do ano passado, o crescimento do varejo em termos de volume foi de 8,2%. A receita nominal do comércio varejista cresceu 14,4% no acumulado de 12 meses até fevereiro e 13,2% sobre o mesmo mês de 2010.

O crescimento da massa salarial está entre os fatores que beneficiam este crescimento das vendas no varejo. A massa de rendimento real habitual cresceu 8,8% em março em relação ao mesmo mês do ano passado. O rendimento real habitual aumentou 3,8% em março sobre março de 2010, para R\$ 1.557,00. Outro fator que impulsiona o comércio varejista é o aumento do crédito, que teve expansão de 20,7% em março sobre o mesmo mês do ano passado. Contudo, o ritmo de crescimento tem se desacelerado nos últimos meses. A variação mensal foi de 1,0% em março, uma leve alta em relação à de fevereiro, que foi de 0,6%, mas abaixo de 1,6% em dezembro.

O desemprego subiu em março para 6,5%, a terceira alta consecutiva e o maior nível dos últimos seis meses. Mesmo assim, o nível de desocupação caiu 1,1 ponto percentual em comparação a março de 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

NOVAS PARCERIAS 1T11

- **Mais!** - parceria com a Cred-System, emissora de cartões de crédito da bandeira Mais!, private labels e cartões co-branded. Atualmente, sua base é formada por aproximadamente 4 milhões de cartões emitidos. A Cred-System, que tem grande parte do seu portfólio concentrado no estado de São Paulo, é especializada na concessão de crédito para clientes das classes econômicas emergentes, não bancarizados e autônomos.
- **Bônus CBA** - parte do grupo CBA, é o maior distribuidor de cestas de alimentos do Brasil. Com uma base de mais 400 mil cartões alimentação e refeição emitidos, a Bônus CBA se destaca como uma das principais bandeiras do segmento e está presente em todo o País, com maior concentração no estado de São Paulo e nas principais capitais. Com o acordo, a Cielo se tornou rede preferencial para captura de transações da bandeira.
- **Cabal Vale** - com atuação focada nos estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e Rondônia, além do Distrito Federal, é o braço da bandeira Cabal nos segmentos alimentação e refeição. Inicialmente, a Cielo poderá capturar as mais de 5 milhões de transações realizadas com os 110 mil cartões Cabal Vale Alimentação e Cabal Vale Refeição. A Cabal é uma bandeira internacional que também tem operações na Argentina – onde é a terceira maior bandeira em número de cartões depois da Visa e da MasterCard -, no Uruguai e no Paraguai.
- **Verocheque** - fundada em Ribeirão Preto, tem forte atuação no interior de São Paulo e também atende os estados de Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso. Grande parte da sua carteira de clientes é composta por clientes públicos. As transações realizadas pelos mais de 180 mil cartões alimentação, refeição, combustível e multibenefícios da Verocheque poderão ser capturadas pela Cielo.
- **Banescard** - Em edital aberto pelo Banestes – Banco do Estado do Espírito Santo, a Cielo foi escolhida para implementar um projeto de aquisição, o que a torna responsável pela captura, processamento e liquidação das transações de crédito e débito. O banco detém, segundo dados do Banco Central, a maior rede bancária daquele Estado, no qual é a única instituição bancária com agências em todos os seus 78 municípios.
- **Sodexo** - Em fevereiro, a Cielo anunciou a parceria com o Grupo Sodexo no Brasil. Em março, a Cielo passou a capturar os produtos Alimentação Pass e Mobility Pass Carro, que hoje têm mais de 1,5 milhão de portadores.

✓ Anúncios após o 1T11

- **Sapores** - a partir do segundo semestre, os mais de 70 mil estabelecimentos credenciados à Saporesserão habilitados para capturar transações nas máquinas da Cielo. Atualmente, há mais de 300 mil cartões dos produtos da Saporess Benefícios emitidos e com circulação nacional, concentrados principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Dentre os cartões, destacam-se: Ristorante (refeição - utilizado para pagamento de refeições prontas), Mercato (alimentação – disponível para realizar a compra de gêneros alimentícios nas principais redes de hipermercados do País, além de minimercados, açougues e padarias), Auto (fornece acesso a uma ampla rede de abastecimentos, além de serviços automotivos), Cultura (para adquirir serviços e produtos relacionados à Cultura, em estabelecimentos como cinemas, teatros, circos, museus, casas de espetáculo, livrarias) e Viagem (como apoio no planejamento a viagens e serviços relacionados).
- **Elo** – em abril de 2011 teve início a captura e processamento das transações de débito e crédito da bandeira Elo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

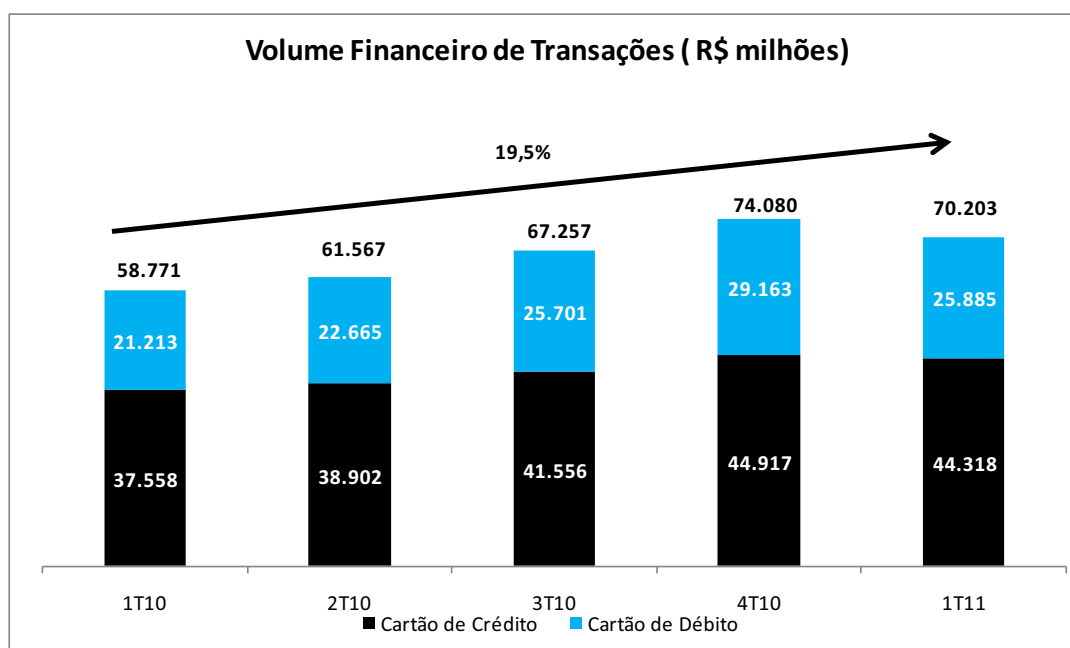
DESEMPENHO OPERACIONAL 1T11

Volume Financeiro de Transações

No 1T11, a Cielo capturou 1,059 bilhão de transações, um crescimento de 14,1% em relação ao 1T10 e redução de 4,5% sobre o 4T10. O volume financeiro de transações totalizou R\$ 70,2 bilhões, representando um acréscimo de 19,5% quando comparado aos R\$ 58,8 bilhões no mesmo período em 2010 e redução de 5,2% em relação ao 4T10.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 44,3 bilhões no 1T11, o que representou um crescimento de 18,0% em relação ao 1T10 e redução de 1,3% em relação ao 4T10. O ticket médio das transações com cartão de crédito foi de R\$ 72,64 no 1T11, 4,5% e 0,4% acima do ticket médio das transações no 1T10 e 4T10, respectivamente.

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 25,9 bilhões no 1T11, um crescimento de 22,0% em relação ao 1T10 e redução de 11,2% em relação ao 4T10. O ticket médio das transações de cartão de débito foi de R\$ 57,86 no 1T11, 5,7% superior ao ticket médio das transações no 1T10 e 3,3% inferior ao ticket médio das transações no 4T10.



A Cielo passou a divulgar as informações de faturamento também de acordo com o critério gerencial, que considera todo o crédito parcelado no momento da compra, e não como acima exposto por parcela (critério contábil).

Faturamento Gerencial (R\$ Milhões)	1T11	1T10	4T10	1T11 X 1T10	1T11 X 4T10
Faturamento Crédito	43.092,6	36.743,3	46.406,6	17,3%	-7,1%
Faturamento Débito	25.885,4	21.212,8	29.162,7	22,0%	-11,2%
Faturamento Total	68.978,0	57.956,1	75.569,3	19,0%	-8,7%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cobertura Geográfica e Estabelecimentos Atendidos

Presente em todo o território nacional, a Cielo encerrou o trimestre em 5.480 dos 5.565 municípios brasileiros, uma cobertura de 98,5%, ante 98,2% no 4T10.

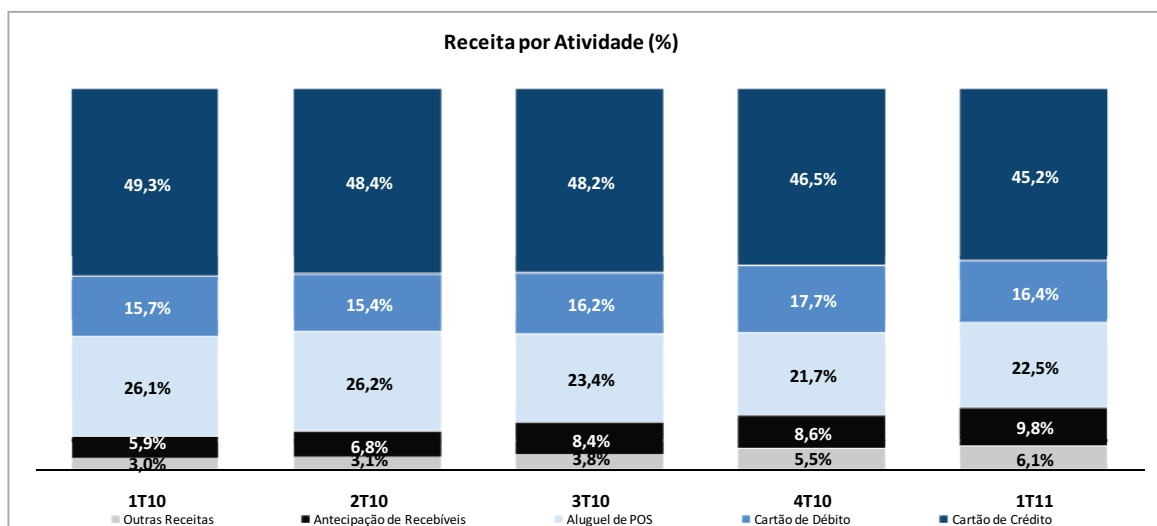
O número de estabelecimentos comerciais credenciados ativos totalizava 1,085 milhão ao final do 1T11, o que representa uma redução de 3,9% sobre o 1T10 e de 4,8% sobre o 4T10. São considerados ativos aqueles estabelecimentos que fizeram pelo menos uma transação nos últimos 60 dias.

ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS (Não auditado)	1T11	1T10	4T10	1T11 X 1T10	1T11 X 4T10
Estabelecimentos Ativos em 60 dias (mil)	1.085	1.129	1.140	-3,9%	-4,8%

DESEMPENHO FINANCEIRO 1T11

Receita Operacional + Antecipação de Recebíveis (Líquida)

As principais fontes de receitas da Cielo são decorrentes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, além das receitas com aluguel de POS e de antecipação de recebíveis aos seus clientes. A evolução da importância relativa de cada uma dessas fontes pode ser verificada abaixo:

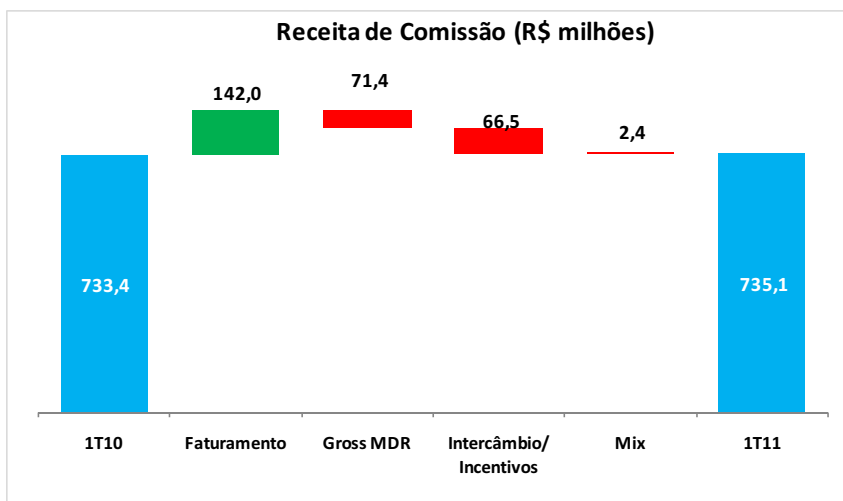


No 1T11, a receita operacional líquida acrescida da receita líquida proveniente das operações de antecipação de recebíveis totalizou R\$ 1,082 bilhão, um crescimento de 6,1% sobre o mesmo período de 2010 e redução de 5,7% em relação ao 4T10.

- A receita de **comissões** de crédito e débito totalizou R\$ 735,1 milhões no 1T11, 0,2% superior ao mesmo período de 2010. O aumento de R\$ 1,7 milhão resultou dos seguintes fatores:

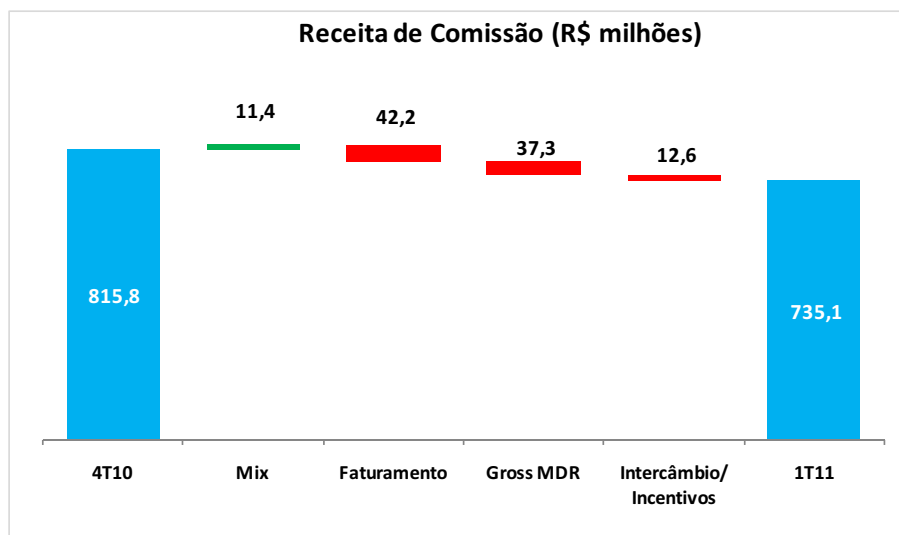
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 142,0 milhões em função da elevação de 19,6% no volume financeiro;
- Redução de R\$ 71,4 milhões em função da queda no gross MDR;
- Redução de R\$ 66,5 milhões em função do aumento de incentivos e intercâmbio;
- Redução de R\$ 2,4 milhões em função do mix de produtos (maior crescimento de débito vs crédito).



Com relação ao 4T10, a receita total de comissões diminuiu R\$ 80,7 milhões, ou 9,9%, em função dos seguintes fatores:

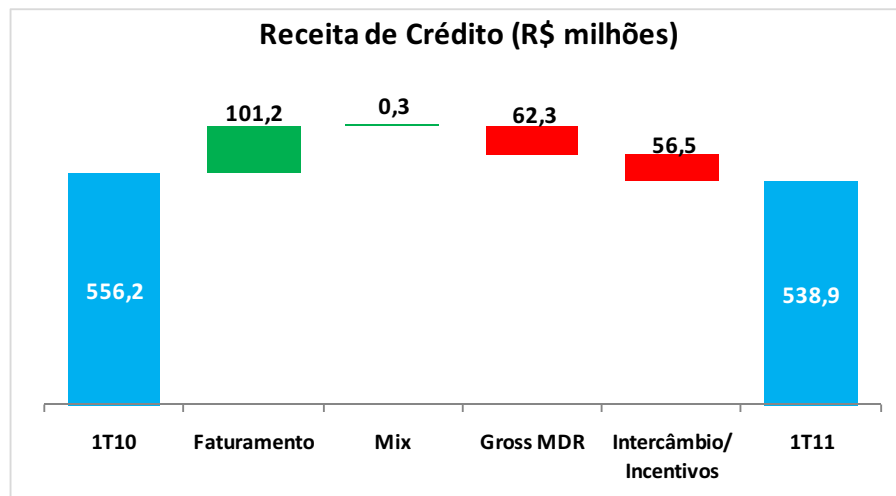
- Aumento de R\$ 11,4 milhões em função de mix de produtos;
- Redução de R\$ 42,2 milhões em função da queda de 5,1% no volume faturado;
- Redução de R\$ 37,3 milhões em função de queda no gross MDR;
- Redução de R\$ 12,6 milhões devido principalmente ao aumento de incentivos;



- A receita de transações com **cartão de crédito** totalizou R\$ 538,9 milhões no 1T11, 3,1% inferior à do 1T10, que foi de R\$ 556,2 milhões. A redução de R\$ 17,3 milhões deve-se aos seguintes fatores:
 - Aumento de R\$ 101,2 milhões em função do aumento de 18,2% no volume faturado;

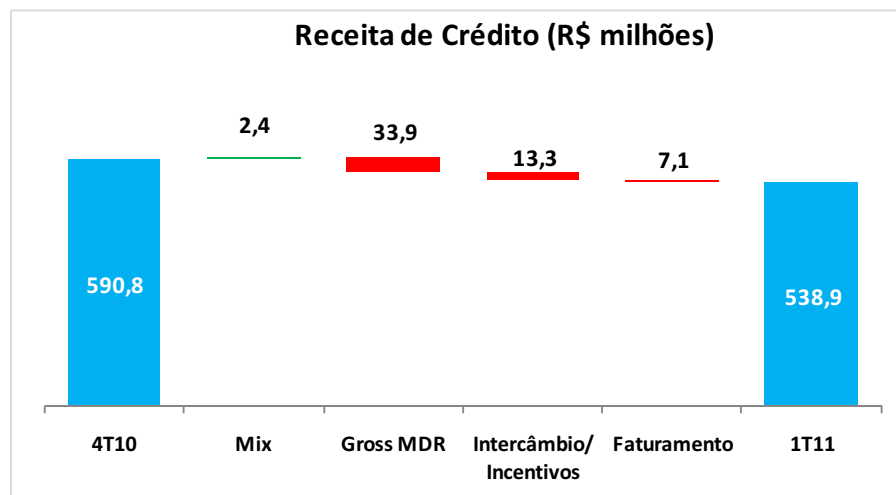
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Aumento de R\$ 0,3 milhão em função da variação do mix de produtos (crescimento do crédito parcelado vs crédito regular);
- Redução de R\$ 62,3 milhão em função da queda no gross MDR;
- Redução de R\$ 56,5 milhões em função do aumento do intercâmbio e incentivos.



Com relação ao 4T10, a receita com cartão de crédito decresceu 8,8%. Esta redução de R\$ 51,9 milhões deve-se aos seguintes fatores:

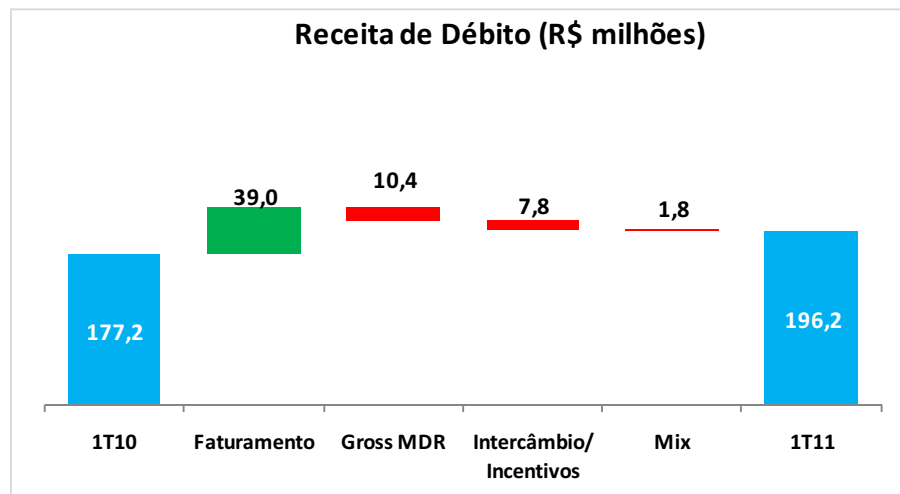
- Aumento de R\$ 2,4 milhões em função da variação do mix de produtos (crescimento do crédito regular vs. crédito parcelado);
- Redução de R\$ 33,9 milhões em função da queda no gross MDR;
- Redução de R\$ 13,3 milhões devido ao aumento de incentivos e intercâmbio;
- Redução de R\$ 7,1 milhões em função da queda de 1,2% no volume faturado;



- A receita de transações com **cartão de débito** cresceu 10,7% quando comparada ao mesmo período de 2010, alcançando R\$ 196,2 milhões. O aumento de R\$ 19,0 milhões é reflexo dos seguintes fatores:
 - Aumento de R\$ 39,0 milhões em função do crescimento de 22,0% no volume faturado;
 - Redução de R\$ 10,4 milhões em função da queda no gross MDR;

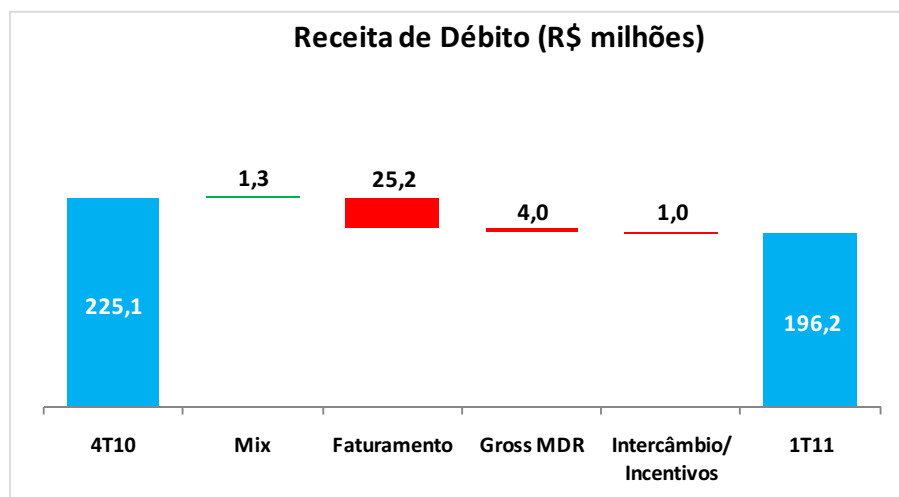
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Redução de R\$ 7,8 milhões devido ao aumento de incentivos, parcialmente compensado pela redução do intercâmbio;
- Redução de R\$ 1,8 milhão em função do mix de produtos.



Em comparação ao 4T10, a receita com cartão de débito reduziu 12,8%. Esta queda de R\$ 28,9 milhões foi consequência dos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 1,3 milhão em função do mix de produtos;
- Redução de R\$ 25,2 milhões em função da queda de 11,2% no volume faturado;
- Redução de R\$ 4,0 milhões em função da queda no gross MDR;
- Redução de R\$ 1,0 milhão devido ao aumento de incentivos e parcialmente compensado pela redução de intercâmbio.



- A receita de **aluguel de equipamentos** (POS) totalizou R\$ 268,4 milhões, 8,9% inferior ao registrado no mesmo período de 2010. Em relação ao parque total de equipamentos de captura, houve aumento de 1,7% da base e redução de 10,4% no preço médio de aluguel.

Considerando apenas o parque ativo, na comparação com o mesmo período do ano anterior o número de POS instalados reduziu 5,0%, uma vez que o crescimento orgânico da nossa base não

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

foi suficiente para contrabalancear o impacto negativo do novo cenário concorrencial instalado a partir de julho de 2010. Ao mesmo tempo, observa-se uma redução de 4,0% no aluguel médio usando apenas a base ativa.

N° POS (mil)	1T11	1T10	4T10	1T11 X 1T10	1T11 X 4T10
# POS Total	1.669	1.641	1.619	1,7%	3,1%
# POS Ativo	1.293	1.361	1.277	-5,0%	1,2%
Aluguel Médio (R\$/POS Total)	53,6	59,8	56,7	-10,4%	-5,5%
Aluguel Médio (R\$/POS Ativo)	69,2	72,1	71,9	-4,0%	-3,8%
Receita de Aluguel de Equipamentos (R\$ milhões)	268,4	294,5	275,5	-8,9%	-2,6%

Em comparação ao 4T10, a receita de aluguel de equipamentos foi 2,6% inferior em função da redução do preço do aluguel praticado em alguns estabelecimentos, como parte do programa de retenção, implantado a partir de 1º de julho de 2010, parcialmente compensada pelo aumento de representatividade de equipamentos WiFi/GPRS no parque, que possuem um aluguel mais elevado. Ao mesmo tempo, podemos observar um crescimento de 1,2% da base de equipamentos ativa.

- A linha de **Outras Receitas** totalizou R\$ 72,4 milhões, um aumento de 115,1% quando comparado ao mesmo período de 2010. Este aumento de R\$ 38,7 milhões é justificado principalmente pela consolidação da receita de R\$ 30,0 milhões da controlada M4U, adquirida no 3T10, e pelo crescimento de R\$ 3,9 milhões na receita da Orizon.

Em relação ao 4T10, **Outras Receitas** apresentou crescimento de 3,4% principalmente em função do aumento das receitas provenientes dos serviços de VAN (Value Added Network) fornecidas para diversas bandeiras, incluindo American Express, private labels e do crescimento das receitas da controlada M4U.

Antecipação de Recebíveis

O volume financeiro de transações antecipadas no 1T11 - o sétimo consecutivo de crescimento - totalizou R\$ 3,2 bilhões, representando 7,3% do volume total de crédito. A receita excluindo ajustes - o valor presente e estoque - somou R\$ 120,8 milhões no trimestre, representando um crescimento de 64,8% em relação ao 1T10 e 1,2% em relação ao quarto trimestre de 2010.

Antecipação de Recebíveis	1T09	2T09	3T09	4T09	1T10	2T10	3T10	4T10	1T11
% Antecipação s/ Volume Financeiro de Crédito	5,6%	4,6%	4,7%	5,3%	5,8%	6,3%	6,4%	6,7%	7,3%
Volume Financeiro das Antecipações (R\$ Milhões)	1.700,0	1.466,5	1.604,7	2.009,4	2.193,3	2.460,4	2.669,7	3.016,7	3.236,9
Prazo Médio (dias)	51,3	48,5	54,5	61,6	66,1	69,7	72,0	66,1	62,9
Receita de Antecipação excluindo Ajustes (R\$ Milhões)	56,6	46,3	49,7	65,5	73,3	97,1	113,3	119,4	120,8

A receita líquida de antecipação de recebíveis no 1T11 totalizou R\$ 117,1 milhões, 74,7% maior que a do 1T10 e 6,8% maior do que no 4T10.

O ticket médio destas operações ao longo do 1T11 foi de R\$ 3,0 mil, estável com relação ao 1T10, e, no 4T10, de R\$ 2,8 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados foi superior em 23,8%, ou R\$ 59,8 milhões, totalizando R\$ 311,5 milhões no primeiro trimestre de 2011, comparado a R\$ 251,7 milhões no mesmo período de 2010. Este aumento foi basicamente composto de:

- ✓ Aumento de R\$ 28,9 milhões em função do aumento das tarifas pagas às bandeiras, parte em função do aumento de tarifas tanto em função da nova estrutura Visa como do novo volume MasterCard (R\$ 22,4 milhões) e parte em função do aumento do volume (R\$ 6,5 milhões);
- ✓ Aumento de R\$ 26,9 milhões devido aos custos relacionados às controladas M4U e Orizon;
- ✓ Aumento de R\$ 23,6 milhões em função do aumento de transações capturadas;
- ✓ Aumento de R\$ 9,8 milhões referentes à depreciação de equipamentos de captura (POS), justificado principalmente pela mudança do mix de equipamentos, com mais terminais wireless, que apresentam valores mais elevados;
- ✓ Redução de R\$ 29,4 milhões parte devido à redução no montante dispendido com os projetos relacionados ao cenário multibandeira no 1T10 e parte devido aos ganhos de eficiência principalmente em função de serviços de processamento e logística.

O custo unitário por transação no 1T11 foi de R\$ 0,294, valor 8,5% maior em comparação ao mesmo período de 2010, que foi de R\$ 0,271.

Ao eliminarmos o impacto das nossas controladas, Orizon e M4U, nos dois trimestres, o custo unitário por transação no 1T11 teria sido de R\$ 0,262, valor 0,6% menor em comparação ao mesmo período de 2010. Considerando a estrutura de tarifa equivalente ao 1T10 e excluindo os custos relacionados às controladas, o custo unitário teria reduzido 8,6%, situando-se em R\$ 0,241 por transação.

Na análise comparativa com o 4T10, o custo dos serviços prestados foi R\$ 43,2 milhões inferior no 1T11, ou 12,2%. Esta redução foi basicamente composta de:

- ✓ Redução de R\$ 9,1 milhões em função da redução do volume (em número de transações);
- ✓ Redução de R\$ 5,5 milhões em função da redução das tarifas pagas à bandeira, principalmente devido à redução do volume (queda de R\$ 11,2 milhões) parcialmente impactada pelo aumento no volume Mastercard, que atualmente possui uma tarifa mais elevada quando comparada a outras bandeiras (R\$ 5,7 milhões);
- ✓ Redução de R\$ 32,7 milhões principalmente devido à redução no montante dispendido com projetos sazonais referentes ao quarto trimestre, sobretudo em função do Natal, e parte devido a ganhos de eficiência;
- ✓ Aumento de R\$ 1,5 milhão referente à depreciação de equipamentos de captura (POS), justificado principalmente pela mudança do mix de equipamentos, com mais terminais wireless, que apresentam valores mais elevados;
- ✓ Aumento de R\$ 2,6 milhões devido aos custos das controladas M4U e Orizon;

O custo unitário por transação no 1T11 foi 8,1% inferior ao do 4T10, que foi de R\$ 0,320.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ao eliminarmos os custos relacionados a Orizon e M4U da comparação nos dois trimestres, o custo unitário teria diminuído 10,1%, para R\$ 0,262. Considerando a estrutura de tarifa equivalente ao 1T10 e excluindo os custos relacionados à Orizon e M4U, o custo unitário teria diminuído 10,8%, situando-se em R\$ 0,241 por transação.

	1T11	1T10	4T10	1T11 X 1T10	1T11 X 4T10
Quantidade de transações (milhões)	1.058,7	927,6	1.108,3	14,1%	-4,5%
Custos dos serviços prestados (R\$ milhões)	(311.493)	(251.658)	(354.648)	23,8%	-12,2%
Custo unitário (R\$/transação)	(0,294)	(0,271)	(0,320)	8,4%	-8,1%
Despesas Operacionais (R\$ milhões)	(139.919)	(99.246)	(130.399)	41,0%	7,3%
Despesa Unitária (R\$/transação)	(0,132)	(0,107)	(0,118)	23,5%	12,3%
Custos + Despesas (R\$ milhões)	(451.412)	(350.904)	(485.047)	28,6%	-6,9%
Custos + Despesas Unitário (R\$/transação)	(0,426)	(0,378)	(0,438)	12,7%	-2,6%

Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram R\$ 40,6 milhões, ou 40,9%, para R\$ 139,9 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011, comparado a R\$ 99,3 milhões no mesmo período de 2010. Com relação ao 4T10, o aumento foi de 7,3%, ou R\$ 9,5 milhões.

As **despesas de pessoal** aumentaram 21,1% em relação ao 1T10, para R\$ 44,4 milhões, devido principalmente ao aumento do quadro de pessoal em 38% para 1.450 funcionários no final do 1T11, ao reajuste de 6,0% nos salários, definido pelo acordo com o sindicato em agosto de 2010, e à parte variável da remuneração de pessoal, representada pelo plano de participação nos resultados e *stock option*, o que reflete o novo posicionamento estratégico adotado pela Sociedade para atração e retenção de funcionários. Em relação ao 4T10, as despesas de pessoal aumentaram 9,5%.

As **despesas gerais e administrativas** aumentaram 26,4% em relação ao 1T10, para R\$ 48,4 milhões principalmente em função de melhorias com foco na área comercial, como por exemplo, o fortalecimento da utilização de organizações independentes de vendas para distribuição. Em relação ao 4T10, as despesas gerais e administrativas aumentaram 3,2%.

As **despesas de marketing** aumentaram 67,5% em relação ao 1T10, para R\$ 36,0 milhões, em função do aumento das despesas com ações de fidelização com estabelecimentos comerciais e marketing institucional devido à mudança do nome para Cielo e consequente necessidade de posicionamento da nova marca. As despesas de marketing representaram 3,3% da receita líquida incluindo antecipação de recebíveis no 1T11. Em comparação ao 4T10, as despesas de marketing reduziram 6,2%, pois sazonalmente o quarto trimestre sempre apresenta demanda maior de investimento em marketing para posicionamento da marca durante o período de vendas de Natal.

Outras (despesas) receitas operacionais líquidas aumentaram 377,6% em relação ao 1T10, para uma despesa de R\$ 10,1 milhões no 1T11 comparada a despesa de R\$ 2,1 milhões no 1T10 em função principalmente de um montante estornado no 1T10 de R\$ 5,8 milhões referente a provisões para contingências tributárias e aumento de provisões no 1T11. Quando comparada ao trimestre anterior, esta rubrica apresentou um aumento de 182,8%.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O **EBITDA ajustado** totalizou R\$ 684,3 milhões no 1T11, queda de 4,1% em relação ao 1T10 e de 4,4% sobre o 4T10.

O EBITDA é a medida utilizada pela Administração da Sociedade para demonstrar seu desempenho. O EBITDA ajustado corresponde ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro, exceto os ganhos líquidos nas operações de antecipação de recebíveis. Ao lucro líquido é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

O EBITDA e o EBITDA ajustado não são medidas contábeis utilizadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

EBITDA do Trimestre (R\$ Milhões)	1T11	1T10	4T10	1T11 X 1T10	1T11 X 4T10
Lucro Líquido do Trimestre Cielo	424,7	440,2	443,3	-3,5%	-4,2%
Participação dos acionistas controlad	0,6	-	1,2	-	-50,0%
Resultado Financeiro	-119	-79,7	-106,4	49,3%	11,8%
Imposto sobre a Renda e Contribuiçã	207,3	241,7	215,1	-14,2%	-3,6%
Depreciação e Amortização	53,6	44,4	53,1	20,7%	0,9%
EBITDA	567,2	646,6	606,3	-12,3%	-6,4%
% Margem EBITDA	58,8%	67,8%	58,4%	-9.0.p.p.	0.4.p.p.
Receita Líquida de Antecipação de R€	117,1	67	109,7	74,8%	6,7%
EBITDA Ajustado	684,3	713,6	716	-4,1%	-4,4%
% Margem EBITDA Ajustada	63,2%	70,0%	62,4%	-6.8.p.p.	0.8.p.p.

O **resultado financeiro**, excluindo-se a operação de antecipação de recebíveis, diminuiu 85,3%, ou R\$ 10,8 milhões, resultando receita de R\$ 1,9 milhão no trimestre findo em 31 de março de 2011. Tal redução deve-se principalmente à reversão de multa e juros de contingências ocorrida no primeiro trimestre de 2010 e ao menor saldo médio aplicado no trimestre, em função do aumento da operação de antecipação de recebíveis. Em relação ao 4T10, o resultado financeiro apresentou uma variação de R\$ 5,1 milhões, variação de despesa de R\$ 3,3 milhões para receita de R\$ 1,9 milhão.

Lucro Líquido

O lucro líquido totalizou R\$ 424,7 milhões no 1T11, redução de 3,5% em relação ao mesmo período de 2010. Em relação ao 4T10, o lucro líquido caiu 4,2%.

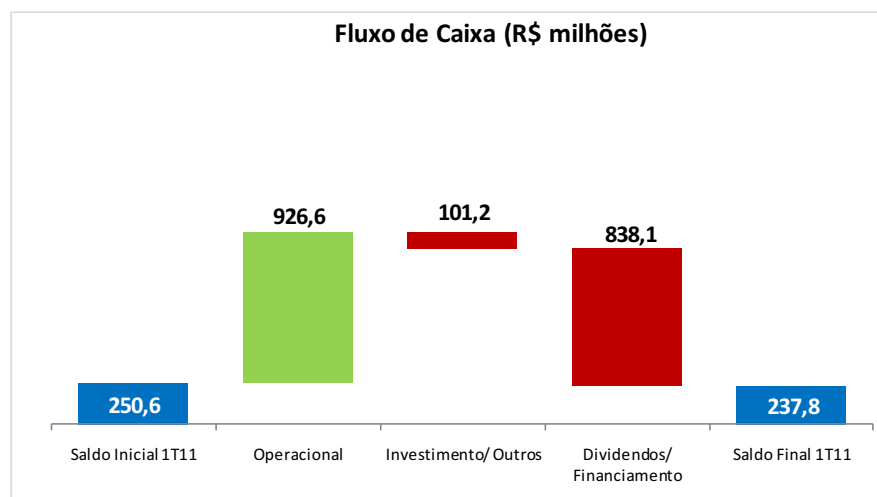
Fluxo de Caixa

A atividade operacional contribuiu com geração de caixa de R\$ 926,5 milhões no 1T11, contra R\$ 439,8 milhões no 1T10. Este aumento no montante gerado pelas operações deve-se principalmente ao aumento da rubrica contas a pagar a estabelecimentos no montante de R\$ 366,7 milhões, reflexo da contratação das operações de antecipação de recebíveis com bancos para fazer face ao pagamento de dividendos ocorrido em março de 2011, e pelo efeito da antecipação de recebíveis, representado na linha contas a receber operacional.

Os investimentos somaram R\$ 101,2 milhões no 1T11, principalmente em função do gasto de R\$ 48,8 milhões com a aquisição de POS e à formação da joint venture Paggo Soluções junto a Oi no valor de R\$ 47,0 milhões.

Os recursos destinados para atividades de financiamento totalizaram R\$ 838,1 milhões, devido à distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio ocorrida em 31 de março de 2011.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



MERCADO DE CAPITAIS

Composição Acionária

As ações da Cielo S.A. estrearam na BM&FBovespa no dia 29/06/2009, no Novo Mercado, inicialmente sob o código VNET3 e, desde o dia 18 de dezembro de 2009, em função da alteração na razão social da Sociedade, são negociadas sob o novo código CIEL3. As ações da Cielo atualmente são integrantes do Índice Bovespa (Ibovespa), Índice Brasil (IBrX), Índice Brasil 50 (IBrX-50), Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), Índice Financeiro (IFNC), Índice Carbono Eficiente (ICO2), Índice Valor BM&FBovespa (IVBX-2), Índice Mid-Large Cap (MLCX), Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT), Índice Brasil Amplo (IBrA) BM&FBovespa e Índice de Dividendos (IDIV).

Após alienação da participação do Grupo Santander Espanha na Cielo, o Banco Bradesco e o Banco do Brasil passaram a deter, cada um, 28,6% do capital social da Sociedade. A conclusão desta operação foi anunciada em 13/07/2010.

Na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária do dia 29/04/2011 foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade no montante de R\$ 163.834.773,86 (cento e sessenta e três milhões oitocentos e trinta e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos), com emissão de 272.956.760 novas ações ordinárias, sem valor nominal, as quais foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) nova ação para cada lote de 5 (cinco) ações titulares na posição final do dia 29.04.2011.

Desta forma, a posição de fechamento do primeiro trimestre de 2011 foi de um capital social de R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais) divididos e 1.364.783.800 ações ordinárias com composição acionária como abaixo demonstrado:

Composição Acionária	Ações ordinárias	%
Acionistas Controladores	781.973.371	57,3%
Banco Bradesco	390.986.637	28,6%
Banco do Brasil	390.986.734	28,6%
Em Circulação	578.312.663	42,4%
Tesouraria	4.497.766	0,3%
Total de ações	1.364.783.800	100,0%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

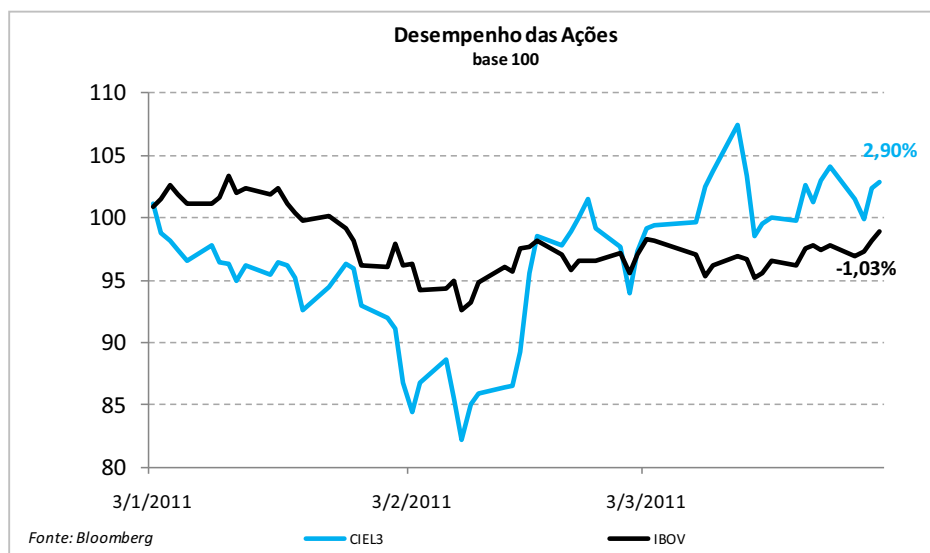
Após o aumento de capital via bonificação, o capital social ficou em R\$ 263.834.773,86 (duzentos e sessenta e três milhões,oitocentos e trinta e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos), divididos em 1.637.740.560 de acordo com a seguinte composição acionária:

Composição Acionária	Ações ordinárias	%
Acionistas Controladores	938.368.045	57,3%
<i>Banco Bradesco</i>	<i>469.183.964</i>	<i>28,6%</i>
<i>Banco do Brasil</i>	<i>469.184.081</i>	<i>28,6%</i>
Em Circulação	693.975.196	42,4%
Tesouraria	5.397.319	0,3%
Total de ações	1.637.740.560	100,0%

Após o grupamento ser efetivado (na proporção de 3 (três) ações para cada 1 (uma) ação), que deverá ocorrer a partir de 30 de maio de 2011, o capital da Sociedade será mantido em R\$ 263.834.773,86 (duzentos e sessenta e três milhões,oitocentos e trinta e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos), porém representados por 545.913.520 ações ordinárias.

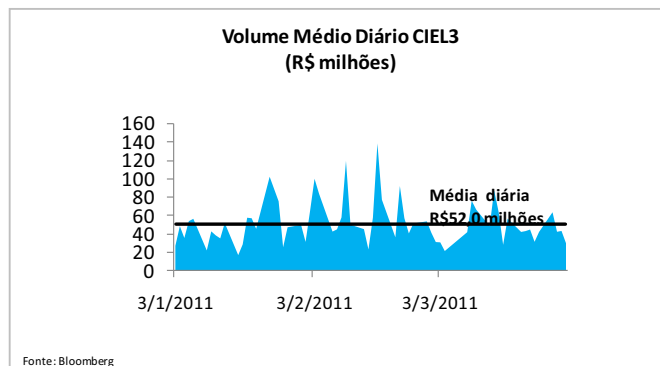
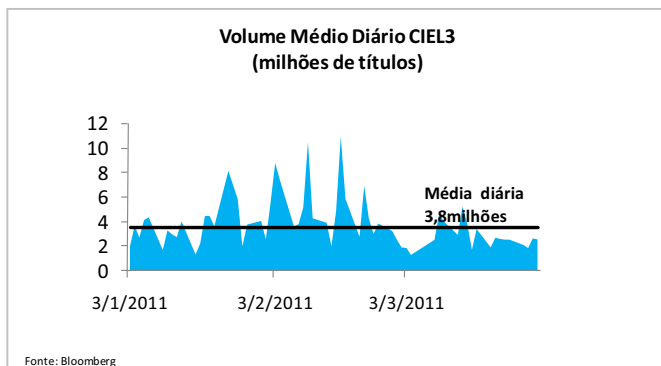
Desempenho das Ações

No 1T11, enquanto o Ibovespa desvalorizou 1,03%, as ações da Cielo apresentaram valorização de 2,9%. No dia 31 de março de 2011, os papéis CIEL3 fecharam cotados a R\$ 13,84/ação, representando um valor de mercado de R\$ 18,8 bilhões.



O volume médio diário negociado no período entre janeiro e março de 2011 totalizou 3,8 milhões de ações, com um volume médio diário de R\$ 52,0 milhões, representando 0,7% do *free float*. Desde o IPO, o volume médio diário negociado foi de 5,2 milhões de ações, representando um volume médio diário negociado de R\$ 75,5 milhões, ou 0,9% do *free float*.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

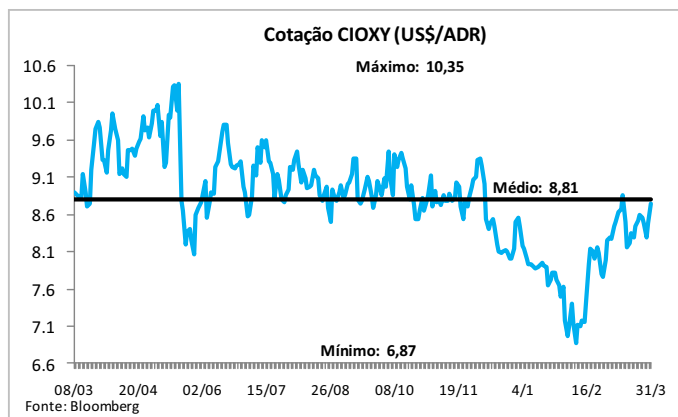
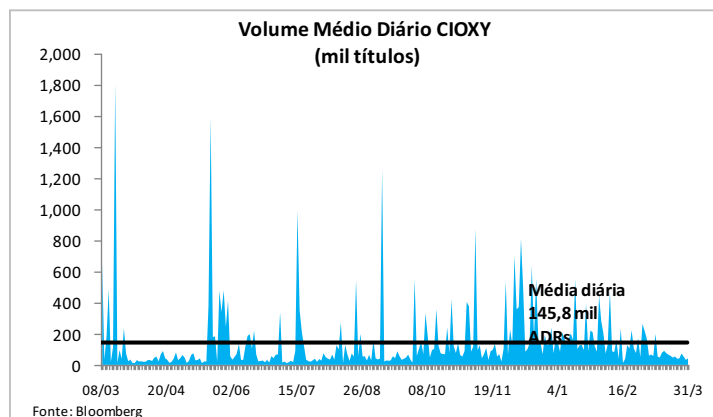


Programa de ADR Nível 1

Em 22/02/2010, a Cielo anunciou o lançamento do seu programa de ADR (American Depositary Receipts) Nível 1. Os títulos são negociados no mercado de balcão (over-the-counter - OTC) sob o código CIOXY e cada ADR representa uma ação ordinária da Sociedade. O Deutsche Bank Trust Company Americas é a instituição depositária dos referidos recibos.

Até o dia 31/03/2011, a Sociedade havia registrado 18.139.112 ADRs emitidos e 82.084 cancelamentos no mercado americano, com um volume médio diário negociado de 145,8 mil títulos a um preço médio de US\$ 8,81/ADR.

A bonificação e posterior grupamento aprovados na AGO/E do dia 29/04/2011 terá a paridade mantida para o programa de ADRs.



Governança Corporativa

A Sociedade adota uma postura ética, responsável e transparente na administração dos negócios e busca aperfeiçoar seu padrão de governança corporativa de acordo com as melhores práticas de mercado, com o objetivo de preservar o direito dos acionistas, por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto.

A Cielo possui Conselho de Administração composto por 10 membros (2 independentes) e Conselho Fiscal com 3 membros. Além dos citados órgãos societários, foram instalados comitês de assessoramento, responsáveis pela formulação de recomendações quanto a estratégias de negócios, o que engloba estratégias de longo prazo, desempenho da Sociedade e controle e fiscalização das medidas adotadas.

Atualmente, além do comitê de Auditoria, que possui previsão estatutária, estão instalados os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: Finanças, Pessoas e Governança Corporativa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Sociedade adota Políticas de Divulgação de Informações, de Negociação de Ações e Código de Ética, o qual estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas: colaboradores, clientes, fornecedores, investidores, órgãos reguladores, sociedade e governos.

No dia 29 de abril de 2011, foi realizada a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, que possibilitou a outorga de procurações eletrônicas por meio da plataforma Assembléias Online (<http://www.assembleiasonline.com.br>, com acesso também pelo <http://www.cielo.com.br/ri>).

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que durante o 1T11 a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da Deloitte Touche Thomatsu Auditores Independentes.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No trimestre findo em 31 de março de 2011, não foram prestados pelos auditores independentes, e partes a eles relacionadas serviços não relacionados à auditoria externa.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, EBITDA ajustado, margem EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, taxas de desconto, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários e investimentos totais e faturamento gerencial não foram objeto de revisão especial realizada pelos auditores independentes em 31 de março de 2011.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos e a captura de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade anônima com sede em Barueri, São Paulo, cujas ações foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Suas controladoras integram os conglomerados Banco do Brasil e Bradesco. O endereço de sua sede e o principal local de negócios estão descritos na introdução ao relatório anual da Administração.

Em 23 de janeiro de 2003, a Sociedade constituiu uma filial em Grand Cayman, Ilhas Britânicas Ocidentais (nota explicativa nº 23), com o propósito específico da realização no exterior de uma operação de securitização do fluxo de direitos creditórios denominados em moeda estrangeira (notas explicativas nº 6, nº 18 e nº 23).

O contexto operacional das controladas e das controladas em conjunto é como segue:

Controladas diretas

- Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”) - o objeto social da Servinet consiste na prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; no desenvolvimento de atividades correlatas no setor de serviços julgadas de interesse da Servinet; e na participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- Servrede Serviços S.A. (“Servrede”) - o objeto social da Servrede é a prestação de serviços de gerenciamento de tecnologia de rede, incluindo transmissão de dados e informações, soluções corporativas, sistemas de comunicação privada e processamento eletrônico de pagamentos, além da prestação de serviços de aplicativos e “data center”, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas no setor de serviços julgadas de seu interesse e a participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- CieloPar Participações Ltda. (“CieloPar”) - tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
- Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“Orizon”), anteriormente denominada Orizon Brasil Processamento de Informações de Saúde Ltda. - o objeto social da Orizon consiste na consultoria e no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (“back office”) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias, em plataforma tecnológica única; na prestação de serviços de digitalização e automatização de processos, emissão de cartões, atendimento em “call center” e outras soluções; na prestação

Notas Explicativas

de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; na locação ou comercialização de leitoras de cartões, outros equipamentos e sistemas de informática utilizados na prestação de seus serviços, bem como na prestação de assistência técnica a referidos equipamentos; e na participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista.

Controladas indiretas

- Prevsauêde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (“Prevsauêde”) - controlada da Orizon, tem como objeto social a prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios. A Prevsauêde administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.
- Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. (“Precisa”) - controlada da Orizon, tem como objeto social a comercialização de medicamentos em geral, com foco na prevenção e manutenção do estado de saúde, com sistema de entrega programada. A Precisa é uma “farmácia” voltada para atender aos clientes da Prevsauêde, com foco principal nos pacientes crônicos. Ela é responsável pela entrega de medicamentos de administração recorrente aos clientes da Prevsauêde com doenças crônicas, tais como diabetes, câncer e problemas cardíacos e de pressão, o que permite monitorar a entrega e o consumo do medicamento, aumentando a efetividade do tratamento.
- Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) - controlada da Servrede, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, o comércio de recarga de aparelhos celulares ou fixos, a prestação de serviços de consultoria em tecnologia, desenvolvimento e licenciamento de software, o comércio de produtos e a prestação de serviços tecnológicos e representação comercial.
- M4 Produtos e Serviços S.A. (“M4 Produtos”) - controlada da Multidisplay, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa, telefonia celular, televisão pré-paga, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares.
- Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”) - controlada da CieloPar, tem como objeto social a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos para a captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito, a administração dos pagamentos e recebimentos a rede de estabelecimentos credenciados, mediante a captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito na modalidade de pagamentos moveis.

Aquisição de controladas - Multidisplay e M4 Produtos

Em agosto de 2010, através da controlada direta Servrede, a Sociedade adquiriu o controle da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) e da sua controlada integral M4 Produtos e Serviços S.A. (“M4 Produtos”), que juntas formam a M4U, empresa brasileira pioneira e líder no desenvolvimento de plataformas tecnológicas, tanto para recarga

Notas Explicativas

de celulares como para pagamentos móveis.

O principal objetivo da M4U é a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou móvel, comércio de recarga de aparelhos móveis ou fixos, prestação de serviços tecnológicos e consultoria em tecnologia, desenvolvimento de software e representação comercial. A aquisição de 50,1% do capital social da M4U deu-se pelo valor de R\$50.100, do qual R\$25.050 foram pagos na data da aquisição e o saldo remanescente, registrado como “Outras obrigações” no passivo não circulante, está sendo pago em até 37 meses da data de fechamento, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de “performance” financeira, pactuadas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

Acordo de investimentos - “joint venture” Paggo Soluções

Em 29 de setembro de 2010, a Sociedade, a Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”) e a Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (“Paggo Acquirer”, sociedade controlada pela TNL) celebraram um Acordo de Investimento com o objetivo de regular a participação da Paggo Acquirer e da Sociedade através de sua controlada Cielo Par em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”). A Paggo Acquirer e a Sociedade detêm, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.

A Paggo Soluções é dedicada à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de Mobile Payment originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e promoverá o credenciamento dos atuais e de novos lojistas à sua rede de aquisição de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Sociedade e pela Paggo Acquirer em todo o território nacional.

Início do cenário multibandeira

O mercado de cartões, especificamente o setor de credenciamento, passou a viver um novo cenário competitivo a partir de 1º de julho de 2010, data a partir da qual as adquirentes passaram a capturar e processar as transações das principais bandeiras de cartões. Essa mudança contemplou duas recomendações sugeridas pelo grupo formado pelo Banco Central do Brasil - BACEN, pela Secretaria de Direito Econômico - SDE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE: a abertura da atividade de credenciamento e a interoperabilidade de POS.

A Sociedade, a partir de 1º de julho de 2010, passou a capturar e processar transações da bandeira MASTERCARD. Outras parcerias também já foram anunciadas com a bandeira AMEX (Banco Bankpar S.A. e Tempo Serviços Ltda.) e com bandeiras nacionais, tais como AURA (parte da operação da MASTERCARD no Brasil) e SOROCRED (Sorocred Meios de Pagamento Ltda.). Adicionalmente, em 2010 foi anunciada parceria operacional com a Caixa Econômica Federal (“CEF”) e com o HSBC Bank Brasil S.A.

O posicionamento da Sociedade no mercado de cartões de benefícios também foi fortalecido com a parceria anunciada com a empresa Ticket, inicialmente, para os produtos Ticket Refeição e Ticket Alimentação. Logo, além de continuar oferecendo a bandeira VISA VALE, a Sociedade passou a oferecer também a bandeira TICKET.

Notas Explicativas

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

Notas Explicativas

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. Os caixas e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo, e seus rendimentos são registrados no resultado do trimestre.

2.5. Contas a receber dos bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais (transações pendentes de repasse)

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos deduzidos das taxas líquidas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano (vide nota explicativa nº 13).

2.6. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Notas Explicativas

Ativos intangíveis gerados internamente - gastos com pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, forem verificadas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- A intenção de completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do trimestre, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando da alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.8. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

A Sociedade e suas controladas (“Grupo”) revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o

Notas Explicativas

montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Sociedade, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Anualmente, são feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a potencial perda no seu valor recuperável. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a respectiva vida remanescente estimada. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior entre: (a) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda, e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Em 31 de março de 2011, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perda foi consignada nas demonstrações financeiras referentes ao trimestre findo naquela data.

2.10. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

Notas Explicativas

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Sociedade aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas.

2.11. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.12. Investimentos em controladas e controladas em conjunto (“joint ventures”)

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente,

Notas Explicativas

preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. A preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores de modo permanente ocorrem, presumidamente, quando a empresa investidora possui o controle acionário representado por mais de 50% do capital votante da outra sociedade. Neste método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das controladas indiretas são somados às posições contábeis consolidadas integralmente e o valor patrimonial da participação dos não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido da controlada.

“Joint ventures” são aquelas entidades nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Sociedade e por um ou mais sócios. Os investimentos em “joint ventures” são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das “joint ventures” são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Quando uma empresa do Grupo realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo apenas na medida das participações do Grupo na controlada em conjunto não relacionadas ao Grupo.

2.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente (por empresa do Grupo) com base nas alíquotas vigentes no fim do trimestre.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Notas Explicativas

Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.14. Benefícios a empregados

A Sociedade e suas controladas são copatrocinadoras de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

2.15. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

Notas Explicativas

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra conjuntamente e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.
- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Sociedade e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.
- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 e o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias

Notas Explicativas

apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método dos juros efetivos

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o exercício relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados pelo valor justo através do resultado ou como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra conjuntamente e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja administrado e cuja “performance” seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Sociedade, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.

Notas Explicativas

- Formarem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o IAS 39 permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data do processamento das transações. As receitas decorrentes da captura das transações parceladas com cartões de crédito são apropriadas ao resultado na data do processamento de cada parcela. A receita de serviços prestados para parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

A receita com o repasse antecipado aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “pro rata temporis”, considerando os seus prazos de vencimento.

2.17. Provisões para riscos

Reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com

Notas Explicativas

segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. Quando se espera que o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão seja recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo apenas quando o reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança.

As provisões contabilizadas pela Sociedade decorrem substancialmente de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e ex-funcionários, mediante ações cíveis e trabalhistas. Essas contingências são avaliadas pela Administração da Sociedade e de suas controladas com seus assessores jurídicos e são quantificadas por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente à decisão, ao prazo e ao valor.

As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

2.18. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas dos balanços e as diferenças decorrentes da conversão de moeda foram reconhecidas no resultado dos trimestres.

2.19. Remuneração com base em ações

A Sociedade oferece a seus administradores e executivos e aos de sua controlada Servinet plano de opção de compra de ações. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devam ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 10 e na IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações.

2.20. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos trimestres demonstrados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos POS), imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para contingências. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as

Notas Explicativas

estimativas e premissas anualmente.

2.21. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Cielo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Sociedade e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

<u>Norma</u>	<u>Título/Modificação</u>	<u>Vigência</u>
Modificações à IFRS 1	Eliminação de Datas Fixas para Adotantes pela Primeira Vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Modificações à IFRS 7	Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Modificações ao IAS 12	Impostos Diferidos - Recuperação dos Ativos Subjacentes Quando o Ativo É Mensurado pelo Modelo de Valor Justo do IAS 407	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012

A Administração da Sociedade entende que a aplicação de certos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Notas Explicativas

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas e controladas em conjunto. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o trimestre estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas diretas Servinet, Servrede, CieloPar (a partir de setembro de 2010) e CBGS Ltda. (até 31 de outubro de 2009), das “joint ventures” CBGS (até 30 de novembro de 2009) e Orizon (a partir de 1º de janeiro de 2010), das controladas indiretas Prevsáude e Precisa (a partir de 28 de fevereiro de 2009), da Multidisplay e M4 Produtos (a partir de agosto de 2010) e da Paggo Soluções (a partir de 28 de fevereiro de 2011). Na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os saldos e as transações entre essas Sociedades.

Os componentes de ativo, passivo, receitas e despesas das “joint ventures” Orizon, Prevsáude, Precisa e Paggo Soluções foram incluídos proporcionalmente à participação da controladora no capital social destas.

Para as controladas, foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos não controladores.

A conversão para reais do balanço patrimonial da filial em Grand Cayman, preparado originalmente em dólares norte-americanos, foi efetuada com base nas taxas correntes do câmbio de fechamento nas datas dos balanços, e a do resultado com base nas taxas médias do câmbio de fechamento no encerramento de cada mês.

Notas Explicativas

3.1. Controladas diretas (controle individual) e indiretas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Servrede	99,99	99,99	99,99	99,99
CieloPar	99,99	99,99	99,99	99,99
Controladas indiretas:				
M4 Produtos	50,10	50,10	50,10	50,10
Multidisplay	50,10	50,10	50,10	50,10
Paggo Soluções	50,00	-	50,00	-

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas:

	31/03/2011				M4
	<u>Servinet</u>	<u>Servrede</u>	<u>CieloPar</u>	<u>Multidisplay</u>	<u>Produtos</u>
Ativo:					
Circulante	17.142	1.529	1	10.269	36.192
Não circulante	<u>42.469</u>	<u>65.500</u>	<u>49.000</u>	<u>5.193</u>	<u>3.700</u>
Total do ativo	<u>59.611</u>	<u>67.029</u>	<u>49.001</u>	<u>15.462</u>	<u>39.892</u>
Passivo:					
Circulante	10.953	8	-	9.553	34.691
Não circulante	29.961	30.836	-	-	115
Patrimônio líquido	<u>18.697</u>	<u>36.185</u>	<u>49.001</u>	<u>5.909</u>	<u>5.086</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>59.611</u>	<u>67.029</u>	<u>49.001</u>	<u>15.462</u>	<u>39.892</u>

Notas Explicativas

	31/12/2010				
	<u>Servinet</u>	<u>Servrede</u>	<u>CieloPar</u>	<u>Multidisplay</u>	<u>M4 Produtos</u>
Ativo:					
Circulante	19.360	26	1	7.258	30.773
Não circulante	<u>43.061</u>	<u>67.602</u>	<u>-</u>	<u>6.860</u>	<u>3.612</u>
Total do ativo	<u>62.421</u>	<u>67.628</u>	<u>1</u>	<u>14.118</u>	<u>34.385</u>
Passivo:					
Circulante	16.396	8	-	6.444	27.357
Não circulante	28.123	30.629	-	-	169
Patrimônio líquido	<u>17.902</u>	<u>36.991</u>	<u>1</u>	<u>7.674</u>	<u>6.859</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>62.421</u>	<u>67.628</u>	<u>1</u>	<u>14.118</u>	<u>34.385</u>

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos das principais rubricas da demonstração do resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010:

	31/03/2011			
	<u>Servinet</u>	<u>Servrede</u>	<u>Multidisplay</u>	<u>M4 Produtos</u>
Resultado:				
Receita líquida	21.319	-	18.924	8.441
Lucro bruto	19.865	1.218	1.546	2.344
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.183	998	1.456	1.515
Resultado antes dos impostos e das contribuições sobre o lucro	1.208	998	1.448	1.565
Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	795	(1.205)	1.235	527

Notas Explicativas

	31/03/2010	
	<u>Servinet</u>	<u>Servrede</u>
Resultado:		
Receita líquida	15.174	-
Lucro bruto	13.342	-
Prejuízo antes do resultado financeiro	(5.448)	-
Resultado antes dos impostos e das contribuições sobre o lucro	(5.372)	(3)
Prejuízo do trimestre	(8.713)	(3)

3.2. “Joint ventures” (empresas com controle compartilhado)

As participações nas “joint ventures” incluem:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
“Joint ventures”:				
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsáude	40,95	40,95	40,95	40,95
Precisa	40,95	40,95	40,95	40,95
Paggo Soluções	50,00	-	50,00	-

As informações financeiras das “joint ventures” foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional. A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

	31/03/2011				31/12/2010		
	<u>Orizon</u>	<u>Precisa</u>	<u>Prevsáude</u>	<u>Paggo Soluções</u>	<u>Orizon</u>	<u>Precisa</u>	<u>Prevsáude</u>
Ativo:							
Circulante	43.577	16.888	2.432	11.951	41.124	17.034	2.102
Não circulante	<u>59.177</u>	<u>563</u>	<u>389</u>	<u>104.406</u>	<u>62.004</u>	<u>525</u>	<u>403</u>
Total do ativo	<u>102.754</u>	<u>17.451</u>	<u>2.821</u>	<u>116.357</u>	<u>103.128</u>	<u>17.559</u>	<u>2.505</u>
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto):							
Circulante	7.967	4.939	1.650	9.910	7.788	3.814	2.598
Não circulante	1.517	4.059	1.172	-	3.239	4.890	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>93.270</u>	<u>8.453</u>	<u>(1)</u>	<u>106.447</u>	<u>92.101</u>	<u>8.855</u>	<u>(93)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>102.754</u>	<u>17.451</u>	<u>2.821</u>	<u>116.357</u>	<u>103.128</u>	<u>17.559</u>	<u>2.505</u>

Notas Explicativas

A seguir estão demonstradas as principais rubricas da demonstração do resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010:

	31/03/2011			31/03/2010		
	<u>Orizon</u>	<u>Precisa</u>	<u>Prevsaude</u>	<u>Orizon</u>	<u>Precisa</u>	<u>Prevsaude</u>
Resultado:						
Receita líquida	13.874	16.116	2.103	11.954	7.346	2.588
Lucro bruto	5.215	192	555	3.507	300	332
Lucro (prejuízo) operacional (antes do resultado financeiro)	1.215	(124)	229	(228)	300	168
Resultado antes dos impostos e das contribuições sobre o lucro	2.010	(382)	137	522	197	149
Lucro (prejuízo) líquido do trimestre	<u>1.168</u>	<u>(402)</u>	<u>92</u>	<u>343</u>	<u>163</u>	<u>49</u>

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e bancos:				
Moeda nacional	2.469	1.607	10.004	4.456
Moeda estrangeira	6.265	11.643	6.265	11.643
Aplicações financeiras:				
Debêntures				
compromissadas (a)	185.627	128.586	188.989	131.948
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	15.140	77.281	30.193	100.131
“Money Market Deposit Account” - MMDA (b)	<u>2.386</u>	<u>2.425</u>	<u>2.386</u>	<u>2.425</u>
Total	<u>211.887</u>	<u>221.542</u>	<u>237.837</u>	<u>250.603</u>

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito e de débito, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos comerciais.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as aplicações financeiras em debêntures compromissadas e CDBs foram rentabilizadas, em média, a 101,4% e 101,3%,

Notas Explicativas

respectivamente, do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

- (b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - EUA) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,1% ao ano.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

5. CONTAS A RECEBER OPERACIONAL

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Antecipação de recebíveis (a)	2.206.758	2.178.161	2.206.758	2.178.161
Trava de domicílio bancário (b)	2.545	2.902	2.545	2.902
Serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde (c)	-	-	5.177	5.624
Serviço de captura e processamento de cartão vale-refeição e vale-transporte (d)	3.640	3.799	3.640	3.799
Contas a receber de serviços de “mobile payment” (e)	-	-	33.892	11.743
Outras contas a receber (f)	<u>13.564</u>	<u>8.053</u>	<u>17.877</u>	<u>8.053</u>
Total	<u>2.226.507</u>	<u>2.192.915</u>	<u>2.269.889</u>	<u>2.210.282</u>

- (a) A Sociedade iniciou em 1º de setembro de 2008 e 5 de janeiro de 2009 a prestação de serviços de antecipação de recebíveis dos créditos à vista e parcelados, respectivamente, à sua rede de estabelecimentos comerciais credenciados. Em 31 de março de 2011, o saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis realizadas que serão recebidas dos bancos emissores em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais.

Em 31 de março de 2011, o referido montante está líquido do ajuste a valor presente referente à receita financeira recebida antecipadamente na data da liberação do numerário, no total de R\$ 80.049 (R\$76.333 em 31 de dezembro de 2010).

- (b) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (c) Contas a receber da controlada em conjunto Orizon decorrentes da prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica, em plataforma tecnológica única, objetivando a troca de informações entre as operadoras de saúde e os prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
- (d) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.
- (e) Contas a receber de portadores de cartões de crédito e débito referentes a serviços de pagamentos eletrônicos e venda de crédito de celulares realizados pelas controladas M4 Produtos e Multidisplay.
- (f) Corresponde substancialmente a saldos a receber de contestação de portadores de cartão de crédito..

O saldo da rubrica “Contas a receber operacional”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
A vencer	2.215.681	2.192.681	2.259.063	2.210.048
Vencidos até 45 dias	<u>10.826</u>	<u>234</u>	<u>10.826</u>	<u>234</u>
Total	<u>2.226.507</u>	<u>2.192.915</u>	<u>2.269.889</u>	<u>2.210.282</u>

6. DIREITOS A RECEBER - SECURITIZAÇÃO NO EXTERIOR

Referem-se aos direitos a receber do Banco Bradesco S.A. e do Banco do Brasil S.A., contratados em julho de 2003, no montante de US\$500 milhões, dividido em US\$100 milhões e US\$400 milhões, respectivamente, com taxas de juros de 4,777% e 5,911% ao ano e prazo de vencimento de oito anos com amortizações trimestrais e carência de dois anos.

Em 31 de março de 2011, o principal a receber do Banco Bradesco S.A. e do Banco do Brasil S.A. é de R\$1.409 (R\$42.027 em 31 de dezembro de 2010).

Os juros são recebidos e pagos de forma antecipada, trimestralmente, e estão contabilizados nas rubricas “Juros a receber - securitização no exterior” e “Juros a pagar - securitização no exterior”, no montante de R\$471 (R\$956 em 31 de dezembro de 2010).

Esses direitos foram contratados com as mesmas taxas e prazos da obrigação da Sociedade para com a Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited, sociedade de propósito específico constituída em Grand Cayman (nota explicativa nº 18).

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis e estão classificados no não circulante.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	175.883	165.934	185.122	175.496
Provisão para despesas diversas	58.498	52.075	58.498	52.405
Ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis	27.216	25.953	27.216	25.953
Provisão para perdas com equipamentos POS	<u>1.362</u>	<u>1.362</u>	<u>1.362</u>	<u>1.362</u>
Total	<u>262.959</u>	<u>245.324</u>	<u>272.198</u>	<u>255.216</u>

Notas Explicativas**8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO**

	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Em controladas	92.843	44.253
Em controladas em conjunto	<u>32.314</u>	<u>31.835</u>
Total	<u>125.157</u>	<u>76.088</u>

Principais informações sobre as controladas, controladas em conjunto e controladas indiretas

	Patrimônio Líquido		Lucro (prejuízo) do trimestre		Participação - %		Equivalência Patrimonial		Investimento	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Servinet	18.697	17.902	795	(8.713)	99,99	99,99	795	(8.713)	18.697	17.902
Servrede	25.145	26.350	(1.205)	(3)	99,99	99,99	(1.205)	(3)	25.145	26.350
Orizon										
(a) e (b)	93.270	92.101	1.168	343	40,95	40,95	478	140	32.314	31.835
CieloPar										
(b)	49.001	1	-	-	99,99	99,99	-	-	<u>49.001</u>	<u>1</u>
Total							<u>68</u>	<u>(8.576)</u>	<u>125.157</u>	<u>76.088</u>

Controladas em conjunto de forma indireta

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Lucro (prejuízo) do trimestre		Participação - %	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
PrevSaúde (b)	(1)	(93)	92	49	40,95	40,95
Precisa (b)	8.453	8.855	(402)	163	40,95	40,95
Multidisplay (b)	5.909	7.674	1.235	-	50,10	50,10
M4 (b)	5.086	6.859	527	-	50,10	50,10
Paggo Soluções (b)	116.447	-	-	-	50,00	-

(a) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágil inicialmente refletido na CBGS Ltda. e, devido à incorporação, transferido para a controlada indireta CBGS.

(b) Foram utilizadas as demonstrações financeiras de 28 de fevereiro de 2011 e de 2010, para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de março de 2011 e de 2010, respectivamente.

A movimentação dos investimentos no trimestre findo em 31 de março de 2011 é como segue:

31 de dezembro de 2010	76.088
Aumento de capital em controladas – CieloPar	49.001
Equivalência patrimonial	<u>68</u>
31 de março de 2011	<u>125.157</u>

Notas Explicativas**9. IMOBILIZADO**

		Controladora			
		31.03.2011			31.12.2010
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	736.822	(410.112)	326.710	326.942
Equipamentos de processamento de dados	20	26.043	(17.710)	8.333	8.988
Máquinas e equipamentos	10	67.402	(63.924)	3.478	3.835
Instalações	10	11.140	(6.495)	4.645	2.742
Móveis e utensílios	10	5.203	(2.293)	2.910	2.981
Veículos	20	1.450	(512)	938	1.010
Total		<u>848.060</u>	<u>(501.046)</u>	<u>347.014</u>	<u>346.498</u>

		Consolidado			
		31.03.2011			31.12.2010
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	739.819	(412.640)	327.179	327.488
Equipamentos de processamento de dados	20	34.082	(22.874)	11.208	11.945
Máquinas e equipamentos	10	71.464	(67.529)	3.935	4.294
Instalações	10	23.892	(11.577)	12.315	10.535
Móveis e utensílios	10	8.653	(3.812)	4.841	5.018
Veículos	20	1.477	(540)	937	1.010
Total		<u>879.387</u>	<u>(518.972)</u>	<u>360.415</u>	<u>360.290</u>

(*) Em 31 de março 2011 e 31 de dezembro de 2010, está contabilizada provisão para perdas de equipamentos POS, nos montantes de R\$4.006 e R\$4.007, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva conta.

A movimentação do imobilizado no trimestre findo em 31 de março de 2011 é como segue:

		Controladora			
	31.12.2010	Adições	Baixas	Depreciações	31.03.2011
Equipamentos POS	326.942	48.880	(3.067)	(46.045)	326.710
Equipamentos de processamento de dados	8.988	245	-	(900)	8.333
Máquinas e equipamentos	3.835	-	-	(357)	3.478
Instalações	2.742	2.001	-	(98)	4.645
Móveis e utensílios	2.981	46	-	(117)	2.910
Veículos	1.010	-	-	(72)	938
Total	<u>346.498</u>	<u>51.172</u>	<u>(3.067)</u>	<u>(47.589)</u>	<u>347.014</u>

Notas Explicativas

	Consolidado				31.03.2011
	31.12.2010	Adições/	Baixas	Depreciações	
Equipamentos POS	327.488	48.879	(3.069)	(46.119)	327.179
Equipamentos de processamento de dados	11.945	369	-	(1.106)	11.208
Máquinas e equipamentos	4.294	19	-	(378)	3.935
Instalações	10.535	2.221	(18)	(423)	12.315
Móveis e utensílios	5.018	11	-	(188)	4.841
Veículos	1.010	-	-	(73)	937
Total	<u>360.290</u>	<u>51.499</u>	<u>(3.087)</u>	<u>(48.287)</u>	<u>360.415</u>

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, existem ativos imobilizados, advindos de operações de arrendamento financeiro, representados apenas por ativos classificados como equipamentos de processamento de dados, com valores líquidos de R\$337 e R\$409, respectivamente. O prazo médio residual de depreciação desses equipamentos é de aproximadamente três anos. As depreciações dos equipamentos de informática adquiridos através de operações de arrendamento mercantil nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010, registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, montam a R\$72 e R\$987, respectivamente.

Em 31 de março de 2011 a Sociedade não possuía saldos de arrendamento financeiro a pagar.

10. ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

A composição analítica dos ágios em 31 de março de 2011 está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Projeto Saúde:		
Ágio na aquisição de controlada (a)	26.269	26.269
Reclassificação de benefício fiscal de ágio incorporado pela Orizon	-	13.532
Prevsauê	-	3.179
Precisa	-	1.457
M4U	-	31.348
CieloPar	-	(4.224)
	<u>26.269</u>	<u>71.561</u>
Provisão para perdas com ágio	(16.126)	(16.126)
Lucro não realizado (b)	-	(5.880)
Total	<u>10.143</u>	<u>49.555</u>

- (a) Na apuração do resultado de equivalência patrimonial de 2009 sobre as controladas CBGS Ltda. e CBGS foram eliminados dos resultados daquelas sociedades os efeitos das provisões para a manutenção da integridade do patrimônio líquido (“PMIPL”), nos valores de R\$11.064 e R\$15.205, respectivamente, uma vez que tais efeitos relativos aos ágios originalmente registrados naquelas demonstrações financeiras foram reconstituídos na controladora, conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, considerando-se que as incorporações efetuadas durante o exercício de 2009 não alteraram a essência econômica daqueles ágios. A reconstituição dos ágios foi registrada em contrapartida da rubrica “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas”.

Notas Explicativas

- (b) Corresponde à eliminação do ganho de capital nas demonstrações financeiras consolidadas, gerado no aporte do investimento da CBGS Ltda. na Orizon a valor de mercado na sua então controlada em conjunto CBGS, na proporção da participação que a CBGS Ltda. detinha no capital social da CBGS, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Projeto Saúde

Em 2 de janeiro de 2008 a CBGS subscreveu em favor da controladora CBGS Ltda. 693.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo montante de R\$139.045, representando o valor justo na data.

Como parte do pagamento, a CBGS Ltda. entregou a totalidade das ações representativas do capital social da Polimed e Dativa pelo montante de R\$71.691, transferindo o ágio na aquisição dessas controladas nos montantes de R\$47.145 e R\$9.108, respectivamente, líquido da amortização incorrida até a data da transação e gerando um contas a pagar de R\$67.354 que seria integralizado em até dois anos após a transação. Adicionalmente, em decorrência da parcela integralizada em dinheiro, a CBGS Ltda. gerou ágio de R\$16.764, líquido da provisão para perdas e da amortização incorrida até 31 de dezembro de 2008.

Os ágios gerados no processo de subscrição do capital da CBGS Ltda. estão apresentados a seguir:

	<u>Ágio</u>	<u>Participação</u> <u>- %</u>	<u>Líquido</u>
Ágio registrado na CBGS Ltda., decorrente da compra de participação de 40,95% do capital social da CBGS	55.880	99,99	55.880
Provisão para perdas com ágio	(39.116)	99,99	(39.116)
	16.764		16.764
Ágio registrado na controlada em conjunto CBGS:			
Orizon	47.145	40,95	19.306
Dativa	9.108	40,95	3.731
	<u>73.017</u>		<u>39.801</u>

Aquisição do controle - Prevsáude e Precisa

Em 16 de março de 2009 a controlada em conjunto CBGS adquiriu a totalidade das cotas representativas do capital social das empresas Prevsáude e Precisa. O valor do investimento registrado contabilmente pela CBGS inclui ágio na aquisição das cotas no montante de R\$11.322, o qual estava fundamentado na expectativa de lucratividade futura daquelas sociedades, em face do acréscimo operacional previsto para os anos posteriores ao da aquisição.

	<u>Ágio</u>	<u>Participação</u> <u>- %</u>	<u>Líquido</u>
Prevsáude	7.765	40,95	3.179
Precisa	3.557	40,95	1.457
	<u>11.322</u>		<u>4.636</u>

Notas Explicativas

Aquisição do controle - M4U

Conforme a nota explicativa nº 1, em agosto de 2010 a controlada Servrede adquiriu 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay e de sua controlada integral M4 Produtos. O ágio, conforme o CPC 15 - Combinação de Negócios, foi mensurado como o valor em que a soma: (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; e (ii) do valor das participações de não controladores na adquirida excedeu o valor líquido (na data de aquisição) dos ativos identificáveis adquiridos.

O valor do investimento registrado contabilmente pela Servrede inclui ágio na aquisição das cotas no montante de R\$31.348, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	2.300
(-) Preço total de compra considerado	<u>50.650</u>
	48.350
(-) Valor justo dos ativos adquiridos	<u>17.002</u>
Ágio	<u>31.348</u>

O valor justo dos contratos de prestação de serviços, da plataforma de softwares e das cláusulas de não competição (ativos adquiridos identificáveis) da M4U em agosto de 2010 foi reconhecido com base em laudo elaborado por avaliadores independentes. A avaliação, que está em conformidade com as Normas Internacionais de Avaliação, foi efetuada utilizando como base as evidências no mercado relacionadas a preços de transações similares.

Aquisição do participação – Paggo Soluções

Conforme a nota explicativa nº 1, em 28 de fevereiro de 2011 foi concluída a aquisição de 50% das ações do capital social da Paggo Soluções pelo valor de R\$47.000, pagos integralmente na data da aquisição.

O valor do investimento registrado contabilmente pela CieloPar inclui deságio na aquisição das ações no montante de R\$4.224, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	51.224
(-) Preço total de compra considerado	<u>47.000</u>
Deságio	<u>(4.224)</u>

Até a data de encerramento das informações trimestrais em 31 de março de 2011, o laudo de avaliação que servirá de base para a alocação do ágio/deságio gerado na aquisição da Paggo Soluções, encontrava-se em fase de elaboração. Considerando que a conclusão do referido laudo de avaliação está prevista para ocorrer até o final do exercício 2011 e, como consequência, dentro do período de mensuração, nas demonstrações financeiras do exercício a findar em 31 de dezembro de 2011, a Sociedade reconhecerá retroativamente os ajustes aos valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição.

Notas Explicativas

11. OUTROS INTANGÍVEIS

		Controladora			
		31.03.2011		31.12.2010	
Taxa anual de amortização -		Amortização			
<u>%</u>		<u>Custo</u>	<u>acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Software (a)	20	84.870	(67.790)	17.080	20.012
Desenvolvimento de projetos (b)	20	<u>25.044</u>	<u>(5.310)</u>	<u>19.734</u>	<u>20.055</u>
		109.914	(73.100)	36.814	40.067

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado				
		31.03.2011			31.12.2010	
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Acervo Líq. Incorporado</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Software (a)	20	91.965	(71.833)	52.203	72.335	23.247
Desenvolvimento de projetos (b)	20	25.044	(5.310)	-	19.734	20.055
Acordo de não competição (c)		15.197	(964)	-	14.233	14.758
Contratos de serviços (c)		<u>17.810</u>	<u>(1.057)</u>	<u>-</u>	<u>16.753</u>	<u>17.446</u>
		<u>150.016</u>	<u>(79.164)</u>	<u>52.203</u>	<u>123.055</u>	<u>75.506</u>

- (a) Refere-se a itens adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Não há software individualmente relevante. Adicionalmente, em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, está contabilizada a provisão para perdas com softwares descontinuados de R\$2.200, como redutora do saldo da respectiva conta.
- (b) Representa gastos com desenvolvimento de novos produtos e serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas.
- (c) Correspondem a alocações do ágio na aquisição do controle da M4 Produtos e Multidisplay, determinado através de laudo elaborado por empresa especializada na data da aquisição. Os principais componentes dos cálculos dos ativos intangíveis são como segue:
- O valor do acordo de não competição (“with and without”) foi calculado através da metodologia do Income Approach, utilizando-se uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
 - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.

Notas Explicativas

A movimentação do intangível no trimestre findo em 31 de março de 2011 é como segue:

	Controladora				
	31.12.2010	Adições	Amortizações		31.03.2011
Software	20.012	256	(3.188)		17.080
Desenvolvimento de projetos	20.055	430	(751)		19.734
Total	40.067	686	(3.939)		36.814

Consolidado						
	31.12.2010	Adições/ transferências	Baixas/ reversões	Amortizações	Acervo líquido incorporado	31.03.2011
Software	23.247	288	(57)	(3.346)	52.203	72.335
Desenvolvimento de projetos	20.055	430	-	(751)	-	19.734
Acordo de não competição	14.758	-	-	(525)	-	14.233
Contratos de serviços	17.446	-	-	(693)	-	16.753
Total	75.506	718	(57)	(5.315)	52.203	123.055

As despesas com amortização de intangível foram registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” na demonstração do resultado.

12. TRANSAÇÕES PENDENTES DE REPASSE

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação. Em 31 de março de 2011, os saldos correspondem a R\$ 22.106.924 (R\$26.610.870 em 31 de dezembro de 2010) e R\$ 24.031.947 (R\$27.779.310 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente.

Adicionalmente à prestação de serviço de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão de qualquer forma os repasses das transações de cartões de crédito.

Conforme descrito na nota explicativa nº 24.b), a Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de “default” dessas instituições. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência de bancos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições financeiras, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

Notas Explicativas

13. CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

O montante de R\$1.925.023 em 31 de março de 2011 (R\$1.168.440 em 31 de dezembro de 2010) corresponde à diferença entre os valores recebidos dos portadores de cartões por intermédio dos bancos emissores e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos. De forma geral, o prazo de recebimento dos emissores é de 27 dias e o prazo médio de liquidação aos estabelecimentos comerciais é de 30 dias a partir da data da transação. Portanto, esse saldo a pagar em 31 de março de 2011 corresponde ao “float” de aproximadamente três dias.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Fornecedores	57.659	59.115	96.308	69.583
Provisão para pagamento a fornecedores	<u>101.866</u>	<u>86.760</u>	<u>107.728</u>	<u>111.178</u>
Total	<u>159.525</u>	<u>145.875</u>	<u>204.036</u>	<u>180.761</u>

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações efetuadas	118.653	370.915	118.709	371.947
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.038	5.994	3.928	6.625
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.746	8.056	5.339	8.525
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	11.784	14.676	12.657	15.217
Programa de Integração Social - PIS	4.276	5.588	4.590	5.835
Outros tributos a recolher	<u>303</u>	<u>122</u>	<u>952</u>	<u>893</u>
Total	<u>142.800</u>	<u>405.351</u>	<u>146.175</u>	<u>409.042</u>

Notas Explicativas**16. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo circulante:				
Provisão para despesas diversas	54.193	20.506	54.986	20.779
Provisão para férias e encargos	17.084	15.939	24.009	22.648
Participação dos colaboradores e diretores	8.951	34.796	12.304	43.755
Outros valores a pagar	-	<u>8.607</u>	<u>1.621</u>	<u>10.015</u>
Total	<u>80.228</u>	<u>79.848</u>	<u>92.920</u>	<u>97.197</u>
Passivo não circulante:				
Contas a pagar aquisição de controladas (a)	-	-	25.050	25.050
Provisão para retenção de executivos (b)	8.046	5.452	8.046	5.452
Outros valores a pagar	-	-	<u>629</u>	<u>1.084</u>
Total	<u>8.046</u>	<u>5.452</u>	<u>33.725</u>	<u>31.586</u>

- (a) Saldo remanescente a ser pago em conexão com a aquisição da Multidisplay e M4 Produtos, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de “performance” financeira, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.
- (b) Refere-se ao Plano de Retenção de Executivos, aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2009 aplicável aos principais executivos da Sociedade, que considera resultados do negócio e permanência deles na Sociedade, por um período de três anos, sendo a despesa e respectiva provisão registradas ao longo do prazo de vigência do referido plano.

17. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**a) Provisão para riscos**

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas e cíveis, bem como na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso, como segue:

Notas Explicativas

Controladora						
	31.12.2010	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	31.03.2011
Fiscais	474.040	26.297	(23)	164	-	500.478
Cíveis	7.373	556	(282)	583	-	8.230
Trabalhistas	<u>13.687</u>	<u>2.857</u>	<u>(1.072)</u>	<u>182</u>	<u>-</u>	<u>15.654</u>
	<u>495.100</u>	<u>29.710</u>	<u>(1.377)</u>	<u>929</u>	<u>-</u>	<u>524.362</u>

Consolidado						
	31.12.2010	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	31.03.2011
Fiscais	496.683	26.297	(23)	333	(303)	522.987
Cíveis	7.373	556	(282)	583	-	8.230
Trabalhistas	<u>19.577</u>	<u>7.001</u>	<u>(3.088)</u>	<u>204</u>	<u>-</u>	<u>23.694</u>
	<u>523.633</u>	<u>33.854</u>	<u>(3.393)</u>	<u>1.120</u>	<u>(303)</u>	<u>554.911</u>

- (a) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para contingências no trimestre findo em 31 de março de 2011, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida de “Despesas gerais e administrativas” e “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.
- (b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para contingências fiscais, em virtude de prescrição ou mudança de opinião quanto ao risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade.
- (c) Substancialmente representados pela liquidação da ação movida pela Prefeitura Municipal de São Paulo/PMSP, pela controlada Orizon.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 31 de março de 2011, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$8.230 (Controladora e Consolidado).

Adicionalmente, em 31 de março de 2011, existem ações cíveis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por entidades de classe, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo que aproveitará uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Notas Explicativas

Processos trabalhistas

Referem-se a diversas demandas trabalhistas que, em 31 de março de 2011, incluíam 201 ações trabalhistas contra a Cielo, 68 contra a Servinet, e 1 contra a Servinet e a Cielo solidariamente, das quais 93 haviam sido movidas por ex-empregados. As ações trabalhistas restantes, 177 no total, foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Somente após decisão do Tribunal elas são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, estabilidade decorrente de doença profissional e dano moral.

Em 31 de março de 2011, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$15.654 (Controladora) e de R\$23.694 (Consolidado).

Processos tributários

Correspondem à divergência de interpretação em relação à autoridade fiscal, substancialmente quanto a:

- Cofins - não comutatividade - a Sociedade e sua controlada Servinet, em fevereiro de 2004, impetraram mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei nº 10.833/03, que introduziu a sistemática de apuração pelo método não cumulativo à alíquota de 7,60%, e passaram a efetuar o depósito judicial dos valores apurados mensalmente. Como consequência, desde então a diferença entre o imposto devido calculado pela alíquota estabelecida pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para contingências. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. Em 31 de março de 2011, o valor dessa provisão para contingências é de R\$488.293 - Controladora (R\$508.850 - Consolidado) e o saldo do depósito judicial é de R\$480.220 - Controladora (R\$501.417 - Consolidado). A ação encontra-se no Supremo Tribunal Federal aguardando julgamento.
- Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM - em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinado ao FINAM. Está sendo aguardada a distribuição do Recurso Voluntário para a Câmara do 1º Conselho de Contribuintes. Em 31 de março de 2011, o valor da provisão para contingências constituída é de R\$11.556 (Controladora e Consolidado).
- PIS/PASEP MP nº 212/95 - em abril de 1997, a controlada Servinet obteve a liminar para desobrigá-la ao recolhimento das contribuições destinadas ao PIS com base no faturamento. A União interpôs Recurso de Apelação e obteve decisão favorável. Em 26 de agosto de 2010, a controlada entrou com manifestação de prescrição da dívida na Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região/SP. Em 31 de março de 2011, o valor da provisão para contingências constituída é de R\$1.844 (Consolidado).

Notas Explicativas

A Sociedade e suas controladas possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisões para contingências constituídas em 31 de março de 2011 nos montantes de R\$629 (Controladora) e de R\$737 (Consolidado).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que o efetivo desembolso de referidas provisões não ocorrerá antes de 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, em 31 de março de 2011, a Sociedade e suas controladas possuem ações fiscais, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Fiscais	47.721	61.100
Cíveis	93.476	93.476
Trabalhistas	<u>2.802</u>	<u>16.839</u>
Total	<u>143.999</u>	<u>171.415</u>

b) Depósitos judiciais

Em 31 de março de 2011, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	<u>Controladora</u>			
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>31.03.2011</u>
Fiscais	464.042	29.401	-	493.443
Cíveis	<u>3.203</u>	<u>337</u>	-	<u>3.540</u>
Total	<u>467.245</u>	<u>29.738</u>	-	<u>496.983</u>

	<u>Consolidado</u>			
	<u>31.12.2010</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>31.03.2011</u>
Fiscais	485.596	29.407	-	515.003
Cíveis	3.588	388	(6)	3.970
Trabalhistas	<u>20</u>	<u>12</u>	-	<u>32</u>
Total	<u>489.204</u>	<u>29.807</u>	<u>(6)</u>	<u>519.005</u>

18. OBRIGAÇÕES A PAGAR - SECURITIZAÇÃO NO EXTERIOR

Referem-se à operação de securitização descrita nas notas explicativas nº 1 e nº 6, representando a obrigação de a Sociedade entregar os direitos creditórios denominados em moeda estrangeira gerados ou a serem gerados por ela contra a Visa International Service Association, decorrente, principalmente, de operações de compra de bens/serviços com cartões de crédito e de débito da bandeira VISA nos estabelecimentos comerciais brasileiros realizadas por pessoas físicas residentes e domiciliadas no exterior, que foram objeto de contrato de cessão de fluxo futuro de direitos creditórios para a Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited, sociedade de propósito específico constituída em Grand Cayman, que emitiu títulos no mercado internacional, lastreados nos recebíveis cedidos pela Sociedade.

Notas Explicativas

Conforme as disposições do contrato multilateral (“Indenture”) firmado para viabilizar a emissão, a Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited pagará a totalidade de suas obrigações referentes à operação de securitização, por meio do fluxo de recebíveis denominados em moeda estrangeira contra a Visa International Service Association.

Os bancos participantes dessa operação (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) firmaram acordo de garantia cruzada pelo qual, no caso de inadimplência de um deles, a outra parte garante a operação, tendo o direito de exercer a opção de compra de ações sobre o total ou uma porção da participação do banco inadimplente no capital social da Sociedade.

A amortização da parcela registrada no passivo circulante em 31 de março de 2011 tem vencimento até o primeiro semestre de 2011, sendo o cronograma de pagamento das parcelas do curto prazo igual ao divulgado na nota explicativa nº 6.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está representado por 1.364.783.800 ações ordinárias, todas subscritas e integralizadas. Conforme mencionado no item g) a seguir, mediante a movimentação das ações em tesouraria, a quantidade de ações em circulação em 31 de março de 2011 é de 1.360.298.133 (1.360.286.034 ações em 31 de dezembro de 2010).

b) Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de março de 2011 é de R\$86.845 (R\$83.532 em 31 de dezembro de 2010).

c) Reserva de lucros - legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 29 de abril de 2011, na Assembléia Geral Extraordinária foi aprovada a capitalização do saldo de R\$ 20.000 da reserva legal reconhecida em 2010.

d) Reserva de lucros - orçamento de capital

O saldo de R\$ 143.836 em 31 de dezembro de 2010 refere-se à destinação de parte do lucro do exercício de 2009 para a recompra de ações. Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2010, foi aprovada a proposta de orçamento de capital apresentada pela Administração da Sociedade.

Ao saldo de R\$ 143.836 foi agregada à proposta da Administração de retenção de R\$ 180.932, referente a parte do lucro do exercício de 2010, também para a recompra de ações.

Notas Explicativas

Na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2011 foi aprovada a proposta de orçamento de capital para o lucro de 2010 e a capitalização do saldo de R\$143.836, referente à reserva de orçamento de capital constituída sobre parte do lucro do exercício de 2009.

e) Lucros acumulados

Em 31 de março de 2011, o saldo da conta “Lucros acumulados”, de R\$424.655, é composto pelo lucro líquido do trimestre findo naquela data, cuja destinação será proposta pela Administração no encerramento do exercício de 2011.

f) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas da Sociedade. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembléia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente.

Conforme ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de setembro de 2010, foi deliberada a distribuição do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2010, no montante de R\$790.140, sendo R\$16.199 a título de juros sobre o capital próprio e R\$773.941 a título de dividendos. Os proventos foram pagos aos acionistas em 30 de setembro de 2010.

Adicionalmente, durante reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de fevereiro de 2011, foi deliberada a distribuição de complemento dos dividendos e juros sobre o capital próprio sobre os lucros, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$838.262, sendo R\$7.236 a título de juros sobre o capital próprio e R\$831.026 a título de dividendos. Esses dividendos foram pagos aos acionistas em 31 de março de 2011.

Os dividendos e juros sobre capital próprio referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram referendados pela Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011.

g) Ações em tesouraria

Em 23 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 17 do seu Estatuto Social, do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 358/02 e de suas alterações posteriores, aprovou a aquisição de até 6.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 180 dias a partir daquela data, com encerramento, portanto, no dia 21 de maio de 2010. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na conta “Reserva de capital” apurada durante o

Notas Explicativas

exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução CVM nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	<u>Ações</u>	<u>Valor</u>	<u>Custo médio - R\$ por ação</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	4.497.766	(68.823)	15,32
Exercício de opção de compra de ações:			
Janeiro de 2011	(7.100)	92	12,92
Março de 2011	(4.999)	64	12,94
Saldo final em 31 de março de 2011	<u>4.485.667</u>	<u>(68.667)</u>	<u>12,94</u>

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento ou utilização no futuro exercício das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade.

20. LUCRO POR AÇÃO

a) Movimentação do número de ações ordinárias

<u>Ações emitidas</u>	<u>Ordinárias</u>
Ações em 31 de dezembro de 2010	1.360.286.034
Exercício de opção de compra de ações - janeiro de 2011	7.100
Exercício de opção de compra de ações - março de 2011	4.999
Ações em 31 de março de 2011	<u>1.360.298.133</u>

b) Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e pelo IAS 33 - Resultado por Ação, nas tabelas a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Conforme nota explicativa nº 36, em 2 de maio de 2011, houve o aumento do capital social em R\$163.836 mediante capitalização de reserva de orçamento de capital e reserva legal, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, 1 (uma) nova ação ordinária para cada lote de 5 (cinco) ações ordinárias.

Esses eventos foram considerados retrospectivamente no cálculo do lucro básico e diluído, como se tivessem ocorrido no início do período mais antigo apresentado, como segue:

Notas ExplicativasLucro por ação básico

	Controladora	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias	424.655	440.213
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>1.633.253</u>	<u>1.631.395</u>
Lucro por ação (em R\$) – básico	<u>0,2600</u>	<u>0,2698</u>

Lucro por ação diluído

	Controladora	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Lucro líquido do trimestre disponível para as ações ordinárias	424.655	440.213
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.633.253	1.631.395
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	<u>880</u>	<u>972</u>
Total (em milhares)	<u>1.634.133</u>	<u>1.632.367</u>
Lucro por ação (em R\$) – diluído	<u>0,2599</u>	<u>0,2697</u>

21. COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Receita de comissões	736.499	733.359	735.055	733.359
Receita de aluguel	268.168	294.195	268.390	294.521
Receita de prestação de outros serviços	28.656	24.249	72.380	33.654
Impostos sobre serviços	<u>(103.634)</u>	<u>(105.046)</u>	<u>(110.820)</u>	<u>(108.425)</u>
Total	<u>929.689</u>	<u>946.757</u>	<u>965.005</u>	<u>953.109</u>

22. DESPESAS POR NATUREZA

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo CPC e pelas IFRSs, o detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Despesas com pessoal	50.461	48.512	71.561	60.352
Depreciações e amortizações	51.528	43.823	53.601	44.383
Serviços profissionais (*)	184.882	178.718	161.853	163.371
Outras despesas	131.903	74.342	164.396	82.798
Total	<u>418.774</u>	<u>345.395</u>	<u>451.411</u>	<u>350.904</u>
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	276.008	242.650	311.493	251.658
Despesas de pessoal	29.677	27.090	44.391	36.671
Despesas gerais e administrativas	68.980	51.762	49.450	38.965
Marketing	35.962	21.468	36.019	21.504
Outras despesas operacionais	8.147	2.425	10.058	2.106
Total	<u>418.774</u>	<u>345.395</u>	<u>451.411</u>	<u>350.904</u>

(*) Substancialmente serviços de captura e processamento de transações, telecomunicações, consultorias, manutenções de terminais, suprimentos e demais serviços.

23. FILIAL NO EXTERIOR

A Sociedade efetua operações (nota explicativa nº 1) por meio de sua filial em Grand Cayman, Ilhas Britânicas Ocidentais. O saldo das contas patrimoniais e do resultado das operações dessa filial, em 31 de março de 2011, consolidado com as contas da Sociedade (matriz), após eliminações, é o seguinte: ativos circulante e não circulante de R\$8.619 (R\$49.765 em 31 de dezembro de 2010), passivos circulante e não circulante de R\$1.880 (R\$42.983 em 31 de dezembro de 2010) e patrimônio líquido de R\$6.739 (R\$6.782 em 31 de dezembro de 2010). O lucro líquido do trimestre findo em 31 de março de 2011 foi de R\$43 (R\$292 em 31 de março de 2010).

No trimestre findo em 31 de março de 2011, o ganho da variação cambial sobre a tradução das informações financeiras da filial em Grand Cayman, de R\$58 (R\$147 em 31 de março de 2010), foi registrado na rubrica “Resultado financeiro”.

24. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores, que são conglomerados financeiros sobre os quais os acionistas controladores detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet e pela Orizon.

A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão pela realização das transações, independentemente de estas serem realizadas entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço.

Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos

Notas Explicativas

emissores, sendo alguns deles seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“arm’s-length basis”).

As tabelas a seguir incluem os saldos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e o valor, discriminado por modalidades de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade participa relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010:

	Controladora					31.12.2010
	31.03.2011					
	Acionistas		Controladas			
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Servinet	Orizon	Total	Total
Ativos (passivos):						
Aplicações financeiras (a)	125.238	17.497	-	-	142.735	86.107
Contas a receber operacional	549	220	-	-	769	849
Direitos a receber - securitização no exterior (d)	1.041	839	-	-	1.880	42.983
Contas a receber de controlada	-	-	-	169	169	165
Contas a pagar - contrato de prestação de serviços com a Servinet (f)	-	-	(10.304)	-	(10.304)	(25.946)

	Controladora							31.03.2010
	31.03.2011							
	Acionistas		Controladas					
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Servinet	Orizon	Multidisplay	M4 Produtos	Total	Total
Receitas:								
Receitas de aplicações financeiras (a)	2.963	1.587	-	-	-	-	4.550	8.012
Receitas de prestação de outros serviços (b)	1.435	637	-	-	298	1.146	3.516	5.316
Receitas de aluguel de equipamentos POS (c)	-	-	-	502	-	-	502	783
Receita de securitização de recebíveis no exterior (d)	581	468	-	-	-	-	1.049	3.566
Despesas:								
Outras despesas operacionais (e)	(2.531)	(459)	-	-	-	(95)	(3.085)	(2.995)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (f)	-	-	(24.850)	-	-	-	(24.850)	(17.692)

- (a) As aplicações financeiras, quanto a prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Corresponde a serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas e comissão sobre processamento de transações para a M4 Produtos e Multidisplay. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.
- (c) Vide nota explicativa nº 5(c).

Notas Explicativas

- (d) Vide nota explicativa nº 6.
- (e) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes a: (i) seguro de vida coletivo empresarial; (ii) seguros hospitalar e odontológico; e (iii) contrato de previdência privada. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos bancos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (f) A Sociedade contratou a Servinet para prestar serviços de instalação e manutenção dos equipamentos POS nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.

Principais transações com partes relacionadas

- Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores, apresentados líquidos na rubrica “Contas a pagar a estabelecimentos”, referem-se aos montantes devidos pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente repassados pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito autorizados pelas bandeiras VISA e MASTERCARD.

- Incentivos a bancos domicílio

A Sociedade detém contratos com bancos domicílio que visam incentivar os faturamentos de comissões e operações de antecipações de recebíveis. Nesses contratos, a Sociedade remunera os bancos de acordo com metas de “performance” neles estabelecidas.

- Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de Prestação de Serviços de Trava de Domicílio Bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.

- Escrituração de ações da Cielo

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Cielo firmado com o Banco Bradesco S.A. pelo qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.

- Serviços operacionais - programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“stock options”) e suas respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

- Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

Notas Explicativas

- Serviços de “Cash Management”.
- Seguros contratados.
- Serviços de previdência complementar.
- Cartão de crédito corporativo.
- Garantias internacionais.
- Serviço de pagamento a fornecedores.
- Outros.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	629.711	678.432	632.570	681.902
Alíquotas vigentes - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(214.102)	(230.667)	(215.074)	(231.847)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	-	3.312	-	3.312
Incentivos fiscais (a)	3.423	-	3.423	-
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas (b)	<u>5.623</u>	<u>(10.864)</u>	<u>4.352</u>	<u>(13.154)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(205.056)</u>	<u>(238.219)</u>	<u>(207.299)</u>	<u>(241.689)</u>
Correntes	(222.691)	(239.256)	(223.954)	(239.200)
Diferidos	17.635	1.037	16.655	(2.489)

(a) Corresponde a incentivos fiscais relacionados a Lei Rouanet, Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Programa de Amparo ao Trabalhador - PAT e Lei do Esporte.

(b) Representado substancialmente por provisões para contingências e resultado de equivalência patrimonial, indedutíveis na apuração do lucro real e da base negativa da contribuição social.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Notas Explicativas

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Sociedade e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

- a) Os ativos e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacional, direitos a receber e obrigações a pagar de securitização no exterior, contas a pagar a estabelecimentos e fornecedores. Em 31 de março de 2011, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	31.03.2011			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	211.887	211.887	237.837	237.837
Contas a receber operacional	2.226.507	2.226.507	2.269.889	2.269.889
Direitos a receber - securitização no exterior	1.409	1.409	1.409	1.409
Obrigações a pagar - securitização no exterior	1.385	1.385	1.385	1.385
Fornecedores	159.525	159.525	204.036	204.036
Contas a pagar a estabelecimentos	1.925.023	1.925.023	1.925.023	1.925.023

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

- b) Risco de crédito

A Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões VISA, com o intuito de proteger-se de eventual risco de “default” dessas instituições. Esse instrumento de proteção está respaldado na obrigação assumida pela bandeira VISA, conforme estabelecido no regulamento internacional, em garantir o repasse aos estabelecimentos afiliados à Sociedade de todas as vendas realizadas com os cartões VISA nas respectivas datas de vencimento, caso ocorra inadimplência de um determinado emissor. O modelo de garantia implementado pela bandeira VISA, em conjunto com a Sociedade, prevê a solicitação de garantias (reais ou bancárias) considerando o risco de crédito do emissor, os volumes das vendas realizadas com os cartões VISA e o risco residual da inadimplência dos portadores de cartões. O fornecimento das garantias é obrigatório para todos os emissores classificados com risco de crédito e os valores são revistos periodicamente pela bandeira VISA e pela Sociedade. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

A partir de 1º de julho de 2010 a Sociedade também passou a ser credenciadora no Brasil para a bandeira MASTERCARD, sendo o risco de crédito dos bancos emissores desses cartões garantido pela própria bandeira em caso de inadimplência desses bancos emissores

Notas Explicativas

para com a Sociedade. A bandeira MASTERCARD estabelece a necessidade de garantias, reais ou bancárias, para os bancos emissores participantes do sistema. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

Os sistemas das bandeiras VISA e MASTERCARD também prevêem a possibilidade de que as transações efetuadas com cartões de crédito sejam contestadas pelos respectivos portadores, dentro de determinados prazos, contados da data de processamento da transação. Para tanto, a Sociedade firma contrato de afiliação com todos os estabelecimentos comerciais credenciados no qual estão definidas todas as regras para aceitação dos cartões no ponto de venda. Se ocorrerem contestações pelos portadores e o estabelecimento não mais estiver credenciado na data da reclamação ou não tiver valores a receber da Sociedade, será efetuada cobrança por meio de débito em conta corrente ou escritórios especializados na recuperação de créditos, existindo a possibilidade de perdas para a Sociedade.

Aos estabelecimentos credenciados que não mantêm sistemas próprios para a captura eletrônica de transações a Sociedade disponibiliza, mediante contrato de locação, o equipamento POS. O valor do aluguel é descontado, no seu vencimento, do montante das transações liquidadas pelos estabelecimentos. Entretanto, há a possibilidade de não recebimento do valor do aluguel na data de vencimento em razão da inexistência de saldos a serem pagos aos estabelecimentos. Nesses casos, a Sociedade faz a gestão da cobrança desses valores por meio de débito de vendas futuras, conta corrente ou recuperação através de escritórios especializados na recuperação de créditos, podendo haver perdas dos valores de aluguel.

c) Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sofisticado sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

d) Risco de taxa de câmbio

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos a receber convertidos pela mesma taxa de câmbio, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Não existem operações significativas em moeda estrangeira que possam causar variações relevantes no resultado da Sociedade, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os demais ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano.

Em 31 de março de 2011, a exposição líquida ao risco da taxa de câmbio em milhares de dólares norte-americanos é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado
Ativo:	
Caixa e bancos	3.841
Aplicações financeiras	1.466
Direitos a receber - securitização no exterior	42
	<u>5.349</u>
Passivo:	
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(5.255)
Obrigações a pagar - securitização no exterior	(42)
	<u>(5.297)</u>
Posição comprada de dólares norte-americanos	<u>52</u>

e) Risco de taxa de juros

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

f) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações na taxa de CDI. Em 31 de março de 2011, estimando um aumento ou uma redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas financeiras de aproximadamente R\$898, R\$2.245 e R\$4.489, respectivamente. Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticos nas taxas de juros sobre o saldo médio das aplicações financeiras em 2011.

g) Derivativos

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010, a Sociedade não manteve operações com instrumentos financeiros na forma de derivativos.

h) Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis			
	Controladora		Consolidado	
Ativo	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa	211.887	221.542	237.837	250.603
Contas a receber operacional	2.226.507	2.192.915	2.269.889	2.210.282
Direitos a receber e Juros - securitização no exterior	1.880	42.983	1.880	42.983
Total	<u>2.440.274</u>	<u>2.457.440</u>	<u>2.509.606</u>	<u>2.503.868</u>
	Controladora		Consolidado	
Passivo	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Contas a pagar a estabelecimentos	1.925.023	1.168.440	1.925.023	1.168.440
Fornecedores	159.525	145.875	204.036	180.761
Obrigações a pagar e Juros - securitização no exterior	1.856	42.959	1.856	42.959
Total	<u>2.086.404</u>	<u>1.357.274</u>	<u>2.130.915</u>	<u>1.392.160</u>

Notas Explicativas

27. COMPROMISSOS

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a) Contratos de aluguel

Em 31 de março de 2011, com base nos contratos vigentes, são os seguintes os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel:

Ano

2011 (a partir de abril)	6.718
2012	9.674
2013	<u>10.448</u>
Total	<u>26.840</u>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b) Fornecedores de telecomunicações, tecnologia e logística

Em 31 de março de 2011, com base nos contratos vigentes, os pagamentos futuros estimados de fornecedores de telecomunicações, tecnologia e logística são os seguintes:

Ano

2011(a partir de abril)	363.403
2012	520.885
2013	<u>562.555</u>
Total	<u>1.446.843</u>

Os contratos de captura e processamento de transações prevêem multas rescisórias no valor total de R\$74.122. Para telecomunicações, os contratos variam conforme a demanda operacional, não sendo possível estabelecer um prazo médio, havendo uma multa rescisória média de R\$814. Os contratos de logística estão vigentes desde junho de 2007, com prazo mínimo de 12 meses, tendo como multa rescisória o valor de R\$10.137.

c) Fianças bancárias

Em 31 de março de 2011, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam as seguintes composições:

Modalidade

Garantia para recarga pessoal e multioperadora (*)	<u>400</u>
--	------------

(*) Caução cedida à controlada Multidisplay por instituições financeiras para garantir os pagamentos dos contratos com as operadoras de telefonia celular (OI/TIM/VIVO).

Notas Explicativas

28. PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES E ADMINISTRADORES NO LUCRO

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010 foram registrados na rubrica “Despesas de pessoal” na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Colaboradores	6.832	5.591	9.420	7.452
Administradores	<u>2.119</u>	<u>1.616</u>	<u>2.119</u>	<u>1.616</u>
Total	<u>8.951</u>	<u>7.207</u>	<u>11.539</u>	<u>9.068</u>

29. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS

	31.03.2011				
	Remuneração			Outorga de opções	
	Fixa	Variável	Total	Saldo de opções (a)	Preço de exercício (b)
Diretores Estatutários	996	3.620	4.616	2.144.500	14,35
Conselho de Administração e Fiscal	<u>333</u>	<u>-</u>	<u>333</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.329</u>	<u>3.620</u>	<u>4.949</u>	<u>2.144.500</u>	<u>14,35</u>

(a) Refere-se à quantidade de opções outorgadas e não exercidas até 31 de março de 2011.

(b) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício das opções à época das outorgas.

A remuneração global anual dos Administradores para o exercício 2011, fixada na Assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011, é de R\$ 20.000.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	8.436	8.011	8.978	8.274
Juros sobre postergação de recebíveis	-	2.710	-	2.710
Juros de securitização no exterior	1.049	3.566	1.049	3.566
Reversão de multa e juros de contingências	-	9.590	-	9.590
Outras receitas financeiras	<u>35</u>	<u>35</u>	<u>117</u>	<u>201</u>
	<u>9.520</u>	<u>23.912</u>	<u>10.144</u>	<u>24.341</u>

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Despesas financeiras:				
Juros de securitização no exterior	(1.049)	(3.566)	(1.049)	(3.566)
Juros de mora e multas	(17)	(9)	(48)	(34)
Multas e juros de contingências	(939)	(442)	(1.128)	(6.724)
Juros sobre antecipação de intercâmbio	(5.533)	(1.234)	(5.533)	(1.234)
Outras despesas financeiras	<u>(1.313)</u>	<u>(605)</u>	<u>(1.469)</u>	<u>(676)</u>
	<u>(8.851)</u>	<u>(5.856)</u>	<u>(9.227)</u>	<u>(12.234)</u>
Antecipação de recebíveis:				
Receita com antecipação de recebíveis (a)	120.828	73.254	120.828	73.254
Despesa de ajuste a valor presente (b)	<u>(3.716)</u>	<u>(6.223)</u>	<u>(3.716)</u>	<u>(6.223)</u>
	<u>117.112</u>	<u>67.031</u>	<u>117.112</u>	<u>67.031</u>
Variação cambial, líquida (c)	<u>947</u>	<u>559</u>	<u>947</u>	<u>559</u>
Total	<u>118.728</u>	<u>85.646</u>	<u>118.976</u>	<u>79.697</u>

(a) A receita com antecipação de recebíveis no trimestre findo em 31 de março de 2011 é composta pela receita oriunda do volume das transações negociadas durante o trimestre findo naquela data.

(b) Conforme descrito na nota explicativa nº 5.(a), o ajuste a valor presente registrado nas demonstrações financeiras consolidadas foi calculado sobre as operações de antecipações de recebíveis. As seguintes premissas foram adotadas no referido cálculo:

- As taxas de juros utilizadas foram aquelas contratadas nas operações e são de até 5,99% ao mês.
- Os cálculos foram efetuados individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados.

A Administração da Sociedade reconheceu o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber em virtude da materialidade dos valores objeto do ajuste, das taxas de juros contratadas e dos prazos das operações.

Mensalmente, a Administração revisa as premissas mencionadas e as variações são consignadas ao resultado do exercício.

(c) Decorre basicamente dos valores recebidos em dólares norte-americanos da Visa International Service Association e da Mastercard Worldwide referentes a transações com cartões estrangeiros, de crédito e débito, da operação de securitização no exterior e de ganhos e perdas em contas originalmente registradas em moeda estrangeira, representadas por receita no montante de R\$1.016 (R\$2.061 em 31 de março de 2010) e despesa no montante de R\$69 (R\$1.502 em 31 de março de 2010).

Notas Explicativas

31. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Baixa de créditos incobráveis	(7.988)	(2.644)	(7.988)	(3.986)
Provisão para perda com equipamentos POS inativos	-	(3.690)	-	(3.690)
Provisão para contingências	(3.045)	(1.610)	(6.090)	(1.610)
Reversão para contingências (a)	-	7.377	-	8.206
Outras receitas operacionais, líquidas	2.886	(1.858)	4.020	(1.026)
Total	<u>(8.147)</u>	<u>(2.425)</u>	<u>(10.058)</u>	<u>(2.106)</u>

(a) Refere-se à reversão de provisão para contingências sobre processos tributários relacionados a autos de infração de PIS, Cofins, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e IRRF, bem como processos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre importação de equipamentos POS, para os quais a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade passou de provável para possível.

32. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de março de 2011, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil e executivos	105.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	27.566
Lucros cessantes	10.100
Veículos	670
Outros seguros	2.030

33. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 22 de setembro de 2008, foi realizada a Assembléia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade. Esse plano foi ratificado pela Assembléia Geral Extraordinária de 1º de junho de 2009 e tem vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Poderão ser outorgadas opções de compra de ações, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. O prazo da opção é de até cinco anos contados da outorga aprovada pelo Conselho de Administração. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração de 1º de julho de 2009, 23 de setembro de 2009 e 6 de julho de 2010, foram aprovadas a primeira, segunda e terceira outorgas de opções de

Notas Explicativas

compra de ações ordinárias, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa.

Os beneficiários, nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, poderão exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas após um ano da data de outorga.

Data de outorga	Quantidade de ações			Preço de exercício (R\$)	Prazo de carência	Valor justo das opções (R\$ por ação)
	Outorgadas	Canceladas	Saldo			
1º de julho de 2009	2.848.700	(242.900)	2.605.800	11,25 (a)	5 anos	3,86
23 de setembro de 2009	551.200	-	551.200	16,84 (b)	5 anos	4,55
6 de julho de 2010	<u>2.684.200</u>	<u>-</u>	<u>2.684.200</u>	15,88 (c)	5 anos	5,23
Total	<u>6.084.100</u>	<u>(242.900)</u>	<u>5.841.200</u>			

(a) Corresponde a 75% do valor de lançamento das ações da Sociedade na primeira distribuição pública de ações.

(b) Corresponde à média ponderada dos pregões compreendidos entre 7 de agosto e 18 de setembro de 2009.

(c) Corresponde à média ponderada dos últimos 30 pregões anteriores a 29 de junho de 2010.

Para determinar o valor justo das opções pelo modelo de precificação Black & Scholes, a Sociedade utilizou as seguintes premissas econômicas:

	Outorga em:		
	Julho de 2009	Setembro de 2009	Julho de 2010
“Dividend yield”	6,66%	6,66%	5,73%
Volatilidade do preço da ação	36,67%	36,67%	37,51%
Período esperado para o exercício	4 anos	4 anos	4 anos

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do trimestre e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelo prazo de até 36 meses. No trimestre findo em 31 de março de 2011 foi reconhecida despesa de R\$3.333 (R\$2.615 em 31 de março de 2010), registrada na rubrica “Despesas de pessoal”, e foram exercidas 12.099 ações no valor de R\$20, sendo o total de opção de ações outorgadas registrado na rubrica “Reserva de capital” em 31 de março de 2011 de R\$3.313 (R\$2.615 em 31 de março de 2010).

34. OUTRAS INFORMAÇÕES

- A Sociedade contribui mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no trimestre findo em 31 de março de 2011, em despesas de contribuições no montante de R\$1.522 (R\$906 em 31 de março de 2010), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal” (no consolidado).
- As despesas com Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, no trimestre findo em 31 de março de 2011, montaram a R\$1 (R\$13 em 31 de março de 2010), contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Notas Explicativas

35. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010
Liquidação de contingências com depósitos judiciais	303	83
Acervo líquido incorporado na consolidação proveniente da Paggo Soluções	51.224	-

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na Assembléia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2011, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 163.836 mediante capitalização de reserva de orçamento de capital e reserva legal, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, 1 (uma) nova ação ordinária para cada lote de 5 (cinco) ações ordinárias de que forem titulares na posição final do dia 29 de abril de 2011, sendo que a partir de 2 de maio de 2011, inclusive, as ações serão negociadas “ex direito” à bonificação, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade.

Adicionalmente, foi deliberado o grupamento de ações da Sociedade, na proporção de 3 (três) ações para cada 1 (uma) ação representativa do capital social, com base na quantidade de ações após computada a bonificação acima mencionada. Em razão dessa grupamento, o número total de ações emitidas pela Sociedade, subscritas e integralizadas, passará de 1.637.740.560 ações para 545.913.520 ações. As ações passarão a ser negociadas grupadas a partir de 31 de maio de 2011.

37. APROVAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 3 de maio de 2011.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (Posição em 31/03/2011)				
Acionista	Ações ordinárias		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Controlador	781.973.371	57,2965%	781.973.371	57,2965%
Administradores	906	0,0001%	906	0,0001%
Conselho de Administração	906	0,0001%	906	0,0001%
Diretoria	0	0,0000%	0	0,0000%
Conselho Fiscal	0	0,0000%	0	0,0000%
Ações em Tesouraria	4.483.566	0,3285%	4.483.566	0,3285%
Outros Acionistas	578.325.957	42,3749%	578.325.957	42,3749%
Total	1.364.783.800	100,0000%	1.364.783.800	100,0000%
Ações em Circulação	578.325.957	42,3749%	578.325.957	42,3749%

*A Sociedade está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (Posição em 31/03/2010)				
Acionista	Ações ordinárias		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Controlador	781.847.415	57,2873%	781.847.415	57,2873%
Administradores	906	0,0001%	906	0,0001%
Conselho de Administração	906	0,0001%	906	0,0001%
Diretoria	0	0,0000%	0	0,0000%
Conselho Fiscal	0	0,0000%	0	0,0000%
Ações em Tesouraria	4.532.300	0,3321%	4.532.300	0,3321%
Outros Acionistas	578.403.179	42,3806%	578.403.179	42,3806%
Total	1.364.783.800	100,0000%	1.364.783.800	100,0000%
Ações em Circulação	578.403.179	42,3806%	578.403.179	42,3806%

*A Sociedade está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA (Posição em 31/03/2011)				
Acionistas	Ações ordinárias		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Columbus Holding S.A.	390.986.637	28,6482	390.986.637	28,6482
BB Banco de Investimento S.A.	390.986.734	28,6483	390.986.734	28,6483
Capital Research and Management Company*	68.452.328	5,0156	68.452.328	5,0156
Lazard Asset Management LLC*	146.686.772	10,7480	146.686.772	10,7480
Outros Acionistas	367.671.329	26,9399	367.671.329	26,9399
Total	1.364.783.800	100,0000	1.364.783.800	100,0000

*Empresas sediadas nos Estados Unidos. As participações são referentes a fundos geridos ou carteiras administradas pelas empresas.

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DA PESSOA FÍSICA (Posição em 31/03/2011)						
Columbus Holding S.A.	Ações ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Banco Bradesco S.A.	535.796.738	100,0000	-	-	535.796.738	100,0000
Total	535.796.738	100,0000	-	-	535.796.738	100,0000
Banco Bradesco S.A.	Ações ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Fundação Bradesco	264.933.000	15,4600	15.453.000	0,9000	280.386.000	8,1800
CIDADE DE DEUS CIAL DE PARTICIPAÇÕES	740.086.000	43,1900	374.000	0,0200	740.460.000	21,6100
Outros	708.524.000	41,3500	1.697.716.000	99,0800	2.406.240.000	70,2100
Total	1.713.543.000	100,0000	1.713.543.000	100,0000	3.427.086.000	100,0000
CIDADE DE DEUS CIAL DE PARTICIPAÇÕES	Ações ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Lina Maria Aguiar	525.937.212.000	8,5100	-	-	525.937.212.000	8,5100
Lia Maria Aguiar	433.176.868.000	7,0100	-	-	433.176.868.000	7,0100
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.	2.774.898.354.000	44,9100	-	-	2.774.898.354.000	44,9100
Fundação Bradesco	2.051.683.315.000	33,2000	-	-	2.051.683.315.000	33,2000
Outros	393.748.835.000	6,3700	-	-	393.748.835.000	6,3700
Total	6.179.444.584.000	100,0000	-	-	6.179.444.584.000	100,0000

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DA PESSOA FÍSICA (Posição em 31/03/2011)						
BB Banco de Investimento S.A.	Ações ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Banco do Brasil S.A.	3.249.378	100,0000	-	-	3.249.378	100,0000
Total	3.249.378	100,0000	-	-	3.249.378	100,0000
Banco do Brasil S.A.	Ações ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Fundo de Investimento Caixa Garantia Construção Naval Multimercado	45.000.000	1,8000	-	-	45.000.000	1,8000
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3000	-	-	7.500.000	0,3000
Fundo de Investimento Caixa FGH ab Multimercado	1.675.000	0,1000	-	-	1.675.000	0,1000
Secretaria do Tesouro Nacional	1.333.734.063	51,9000	-	-	1.333.734.063	51,9000
Fundo Garantidor à Exportação	229.400.000	8,9000	-	-	229.400.000	8,9000
Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas	60.000.000	2,2700	-	-	60.000.000	2,2700
Outros	892.560.488	34,7300	-	-	892.560.488	34,7300
Total	2.569.869.551	100,0000	-	-	2.569.869.551	100,0000

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Cielo S.A.
Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR anteriormente referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as informações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Cielo S.A. essas práticas contábeis aplicáveis às informações contábeis individuais diferem das IFRSs somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionad

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de maio de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Sociedade referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

Barueri, 03 de maio de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Sociedade referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

Barueri, 03 de maio de 2011.